

Bruno Balbino Aires da Costa

Um Capítulo

História da História

do **Rio Grande do Norte**
no século XIX:

a Breve Notícia sobre a Província (1877)
de Manoel Ferreira Nobre



Bruno Balbino Aires da Costa



U m C a p í t u l o

História da História

do **Rio Grande do Norte**
no século XIX:



a Breve Notícia sobre a Província (1877)
de Manoel Ferreira Nobre





Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
Reitora

Cicília Raquel Maia Leite

Vice-Reitor

Francisco Dantas de Medeiros Neto

Chefe da Editora Universitária – EDUERN

Francisco Fabiano de Freitas Mendes

Chefe do Setor Executivo da Editora Universitária da Uern - Eduern

Jacimária Fonseca de Medeiros

Chefe do Setor de Editoração da Editora Universitária da Uern - Eduern

Emanuela Carla Medeiros de Queiros

Conselho Editorial das Edições UERN

Edmar Peixoto de Lima

Emanuela Carla Medeiros de Queiros

Filipe da Silva Peixoto

Francisco Fabiano de Freitas Mendes

Isabela Pinheiro Cavalcanti Lima

Jacimária Fonseca de Medeiros

José Elesbão de Almeida

Maria José Costa Fernandes

Maura Vanessa Silva Sobreira

Kalidia Felipe de Lima Costa

Regina Célia Pereira Marques

Rosa Maria Rodrigues Lopes

Saulo Gomes Batista

Diagramação

Gabriela Mabel Alves Vieira

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

Catálogo da Publicação na Fonte.

Costa, Bruno Balbino Aires da

Um Capítulo de História da História do Rio Grande do Norte no Século XIX: A breve notícia sobre a província(1877) de Manoel Ferreira Nobre [recurso eletrônico]. / Bruno Balbino Aires da Costa.- Mossoró,RN: Edições Uern, FAPERN, 2023.

85 p.

ISBN: 978-85-7621-449-6 (E-book)

1. História - Rio Grande do Norte - século XIX. I. Título. II. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

UERN/BC

CDD 981.32

Meus amigos e minhas amigas,

O Projeto Institucional de Fortalecimento de Ações de Divulgação e Popularização da Ciência nos Territórios do RN, pelo qual foi possível a edição de todas essas publicações digitais, faz parte de uma plêiade de ações que a **Fundação de Amparo à Ciência, Tecnologia e Informação do Estado do Rio Grande do Norte (FAPERN)**, em parceria, nesse caso, com a Fundação Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (FUERN), vem realizando a partir do nosso Governo.

Sempre é bom lembrar que o investimento em ciência auxilia e enriquece o desenvolvimento de qualquer Estado e de qualquer país. Sempre é bom lembrar ainda que inovação e pesquisa científica e tecnológica são, na realidade, bens públicos que têm apoio legal, uma vez que estão garantidos nos artigos 218 e 219 da nossa Constituição.

Por essa razão, desde que assumimos o Governo do Rio Grande do Norte, não medimos esforços para garantir o funcionamento da FAPERN. Para tanto, tomamos uma série de medidas que tornaram possível oferecer reais condições de trabalho. Inclusive, atendendo a uma necessidade real da instituição, viabilizamos e solicitamos servidores de diversos outros órgãos para compor a equipe técnica.

Uma vez composto o capital humano, chegou o momento também de pensar no capital de investimentos. Portanto, é a primeira vez que a FAPERN, desde sua criação, em 2003, tem, de fato, autonomia financeira. E isso está ocorrendo agora por meio da disponibilização de recursos do PROEDI, gerenciados pelo FUNDET, que garantem apoio ao desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação (CTI) em todo o território do Rio Grande do Norte.

Acreditando que o fortalecimento da pesquisa científica é totalmente perpassado pelo bom relacionamento com as Instituições de Ensino Superior (IES), restabelecemos o diálogo com as quatro IES públicas do nosso Estado: UERN, UFRN, Ufersa e IFRN. Além disso, estimulamos que diversos órgãos do Governo fizessem e façam convênios com a FAPERN, de forma a favorecer o desenvolvimento social e econômico a partir da Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI) no Rio Grande do Norte.

Por fim, esta publicação que chega até o leitor faz parte de uma série de medidas que se coadunam com o pensamento – e ações – de que os investimentos em educação, ciência e tecnologia são investimentos que geram frutos e constroem um presente, além, claro, de contribuírem para alicerçar um futuro mais justo e mais inclusivo para todos e todas!

Boa leitura e bons aprendizados!



Fátima Bezerra

Governadora do Rio Grande do Norte



Parceria pelo

Desenvolvimento Científico do RN



A Fundação de Amparo à Ciência, Tecnologia e Informação do Estado do Rio Grande do Norte (FAPERN) e a Fundação Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (FUERN) sentem-se honradas pela parceria firmada em prol do desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação. A publicação deste livro eletrônico (e-book) é fruto do esforço conjunto das duas instituições, que, em setembro de 2020, assinaram o Convênio 05/2020–FAPERN/FUERN, que, dentre seus objetivos, prevê **a publicação de mais de 300 e-books**. Uma ação estratégica como fomento de divulgação científica e de popularização da ciência.

Esse convênio também contempla a tradução de sites de Programas de Pós-Graduação (PPGs) das Instituições de Ensino Superior do Estado para outros idiomas, apoio a periódicos científicos e outras ações para divulgação, popularização e internacionalização do conhecimento científico produzido no Rio Grande do Norte. Ao final, **a FAPERN terá investido R\$ 855.000,00 (oitocentos e cinquenta mil reais)** oriundos do Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNDET), captados via Programa de Estímulo ao Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte (PROEDI), programa aprovado em dezembro de 2019 pela Assembleia Legislativa na forma da Lei 10.640, sancionada pela governadora, professora Fátima Bezerra.

Na publicação dos e-books, estudantes de cursos de graduação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) são responsáveis pelo planejamento visual e diagramação das obras. A seleção dos bolsistas ficou a cargo da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE/UERN).

Os editais lançados abrangeram diferentes temáticas assim distribuídas: no Edital 17/2020 - FAPERN, os autores/ organizadores puderam inscrever as obras resultantes de suas pesquisas de mestrado e doutorado defendidas junto aos PPGs de todas as Instituições de Ciência, Tecnologia e Inovação (ICTIs) do Rio Grande do Norte, bem como coletâneas que foram resultados de trabalhos dos grupos de pesquisa nelas sediados. No Edital nº 18/2021 - FAPERN, realizou-se a chamada para a publicação de e-books sobre o tema “Turismo para o desenvolvimento do Rio Grande do Norte”. No Edital nº 19/2021 - FAPERN, foi inscrita a chamada para a publicação de e-books sobre o tema “Educação para a cidadania e para o desenvolvimento do Rio Grande do Norte: relatos de ações exitosas”. No Edital nº 20/2021 - FAPERN, foi realizada a chamada para a publicação de e-books sobre o tema «Saúde Pública, desenvolvimento social e cidadania no Rio Grande do Norte: relatos de ações exitosas”. O Edital nº 21/2021 - FAPERN trouxe a chamada para a publicação de e-books sobre o tema “Segurança pública, desenvolvimento social e cidadania no Rio Grande do Norte: relatos de ações exitosas”. O Edital nº 22/2021 - FAPERN apresentou

a chamada para a publicação de e-books sobre o tema “Pesquisas sobre o Bicentenário da Independência do Brasil (1822-2022): desdobramentos para o desenvolvimento social e/ou econômico do RN”. O Edital nº 23/2021 – FAPERN realizou a chamada para a publicação de e-books sobre o tema “Pesquisas sobre o Centenário da Semana de Arte Moderna (1992-2022) desdobramentos para o desenvolvimento social e/ou econômico do RN”. O Edital nº 22/2022 – FAPERN, realizou a chamada para a publicação de e-books com o objetivo de contribuir para o fortalecimento e divulgação da pesquisa a partir dos programas de pós-graduação e dos Grupos de Pesquisa das Instituições de Ensino Superior do Estado do Rio Grande do Norte.

Com essa parceria, a FAPERN e a FUERN unem esforços para o desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Norte, acreditando na força da pesquisa científica, tecnológica e de inovação que emana das instituições potiguaras, reforçando a compreensão de que o conhecimento é transformador da realidade social.

Agradecemos a cada autor(a) que dedicou seu esforço na concretização das publicações e a cada leitor(a) que nelas tem a oportunidade de ampliar seu conhecimento, objetivo final do compartilhamento de estudos e pesquisas.



*Gilton Sampaio
de Souza*

Diretor-Presidente da FAPERN

Cicília Raquel

Maia Leite

Presidente da FUERN





Ao meu amado filho,

Theo Aires dos Santos





Apresentação

Esse livro é fruto de parte da minha pesquisa de doutorado, desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Alguns capítulos foram publicados, parcialmente, em forma de artigos e trabalhos científicos apresentados em alguns congressos na área de História. Todavia, alerto o (a) leitor (a) que o trabalho como um todo está sendo publicado, pela primeira vez, no formato de livro, o que é muito mais proveitoso, já que a compreensão nesse suporte se dá de maneira holística.

Com esse livro, os (as) leitores (as) encontrarão uma discussão quase inédita na História da Historiografia do Rio Grande do Norte. Escrevo “quase”, porque nos últimos anos, os historiadores e historiadoras do nosso estado têm, ainda que timidamente, pesquisado sobre a história da historiografia nordestino-grandense. Porém, poucos (as) estudiosos (as) têm se preocupado com um recorte temporal mais recuado, no caso o século XIX. Nesse sentido, o presente trabalho é pioneiro, já que se propõe a estudar a considerada primeira história do Rio Grande do Norte, publicado no último quartel do oitocentos.

Por fim, gostaria de esclarecer ao (a) leitor (a) que a grafia das citações dos documentos será mantida, preservando, dessa maneira, sua cor local.

Boa leitura,

Dr. Bruno Balbino Aires da Costa

Professor do Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN)
Nova Parnamirim – RN, 03 de fevereiro de 2023

Sumário:

Apresentação

10

Introdução

12

Capítulo 1

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e a edição da obra

15

Capítulo 2

Baseada nas leis e informações: os usos das fontes

28

Capítulo 3

Abreviadas notícias

38

Capítulo 4

A Galeria dos mártires de 1817

50

Capítulo 5

Traços biográficos dos distintos rio-grandenses do Norte

64

Conclusão

78

Referências

80



Introdução

Publicada pela *Tipographia do Espírito Santense*, em 1877, a obra *Breve notícia sobre a província do Rio Grande do Norte baseada nas leis, informações e fatos consignados na história antiga e moderna*, de Manoel Ferreira Nobre, é considerada, pela historiografia norte-rio-grandense, a primeira história da província. (PETROVICH, 1971; CASCUDO, 1963; MELO, 1971; MARIZ, 2004; CARVALHO, 2008, GOMES NETO, 2010)

Alçado à condição de primeiro historiador do Rio Grande do Norte, Manoel Ferreira Nobre nasceu, provavelmente, em 1824, na cidade do Natal. Todavia, não há um consenso entre os historiadores potiguares em relação ao local e ao ano do nascimento de Manoel Ferreira Nobre. Conforme, o intelectual Raimundo Nonato, não se sabe precisamente onde Manoel Ferreira Nobre nasceu. Embora, Tavares de Lyra tenha afirmado que o lugar do seu nascimento tenha sido em Natal, Raimundo Nonato aponta uma outra possibilidade: a cidade de Ceará-Mirim. (NONATO, 1971) Em relação ao ano de nascimento, de acordo com Tavares de Lyra, o primeiro historiador do Rio Grande do Norte, nascera em 1833. Todavia, para Luís da Câmara Cascudo e Enélio Lima Petrovich, foi em 1824 (LYRA, 1921); CASCUDO, 1963; PETROVICH, 1971).

Em linhas gerais, não se tem muitas informações acerca da sua infância e mocidade, entretanto, as pesquisas realizadas pelo desembargador Antônio Soares e por Luís da Câmara Cascudo, no final dos anos quarenta e começo dos anos cinquenta, trazem à tona certos dados acerca da sua biografia.

Manoel Ferreira Nobre descende de uma das famílias tradicionais do Rio Grande do Norte do século XIX: os Ferreira Nobre. Era filho do alferes Manoel Ferreira Nobre e Inácia Joaquina de Almeida. (CASCUDO, 1963; NONATO, 1971) Não trilhou a carreira profissional do pai e tampouco se enveredou pelos “estudos maiores” (CASCUDO, 1963). De acordo com Augusto Tavares de Lyra, Manoel Ferreira Nobre dedicou-se “com carinho” ao estudo da história e da geografia local, muito embora “não tivesse cultura sistematizada”. (LYRA, 1921, p.788)

Assim como outros norte-rio-grandenses do final do século XIX e começo do XX, Manoel Ferreira Nobre exerceu conjuntamente o papel de político e de intelectual. Transitou entre os dois partidos do Império, tanto o liberal como o conservador, atuando em cargos políticos importantes da província.



No que tange ao grupo político, há divergência entre Luís da Câmara Cascudo e Antônio Soares em relação ao partido político que Manoel Ferreira Nobre fazia parte. Enquanto, o primeiro afirmava que o primeiro historiador era membro do Partido Liberal, o segundo asseverava que era “correligionário do Partido Conservador.” (CASCUDO, 1963; SOARES, 1971) Em relação à polêmica em torno da filiação partidária de Manoel Ferreira Nobre, a historiadora Vitória Mônica de Andrade Carvalho comenta:

a circulação entre os partidos não seria estranhada, já que as reviravoltas são situações comuns à prática política. Porém, ao que parece, vai além da noção percebida pela convivência trazida na Assembleia e na Presidência da Província, que Ferreira Nobre permanecia próximo aos partidários nortistas, informação confirmada na dedicatória de seu livro direcionada a um senador conservador. (2008, p.25-26)

Apesar dessa controvérsia, pode-se afirmar, contudo, que Manoel Ferreira Nobre orbitou sempre nos escalões do poder da província do Rio Grande do Norte. Foi oficial-menor da Assembleia Legislativa, a 6 de fevereiro de 1852; ajudante d’Ordens dos presidentes de província, Antônio Francisco Pereira de Carvalho, em 1853, e Pedro Leão Veloso, em 1861; oficial-maior da Assembleia Legislativa, a 29 de julho de 1856; deputado provincial no biênio 1860-1861; segundo secretário da Assembleia Legislativa da província; e aposentou-se no posto de Bibliotecário Público Provincial. Durante a Guerra do Paraguai (1864-1870), foi capitão da Guarda Nacional, mais especificamente, comandante da *Segunda Companhia do Primeiro Corpo de Voluntários da Pátria*, embora, segundo Cascudo (1963), tenha sido julgado incapaz de prestar serviços militares pela junta de saúde, sendo dispensado a 4 de junho de 1866. Na aposentadoria, vivendo fora da capital da província, exerceu a função de advogado, mesmo não possuindo formação bacharelesca, como descreve Cascudo: “com os conhecimentos e prática que sua inteligência orientava agilmente dedicou-se à advocacia nos municípios próximos à Capital (...) defendendo os interesses de seus constituintes.” (1963, p.7)

A trajetória política de Manoel Ferreira foi atravessada pela inserção em vários cargos administrativos da província, muito embora transitasse também pelo mundo intelectual, colaborando com alguns jornais políticos e literários, segundo Augusto Tavares de Lyra. (1921, p.789) Esteve perto das figuras centrais do poder, especialmente dos presidentes de província. Para eles trabalhou, acompanhando-os em suas viagens pelo interior do Rio Grande do Norte. Todavia, Manoel Ferreira Nobre não foi reconhecido, sobretudo pelos seus futuros conterrâneos, pelos



cargos políticos e administrativos que ocupou. Muito menos foi lembrado pelas suas práticas advocatícias em várias cidades da província. O aspecto biográfico mais destacado pela intelectualidade norte-rio-grandense da segunda metade do século XX, principalmente aquela vinculada ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN), foi o suposto pioneirismo em publicar a primeira história do Rio Grande do Norte.

O intuito deste livro é estabelecer uma análise historiográfica sobre a *Breve Notícia* (1877) de Manoel Ferreira Nobre, examinando as condições de possibilidade da obra, bem como os usos das fontes pelo autor e as narrativas que construiu para o Rio Grande do Norte.

Capítulo 1



O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e a edição da obra¹

A primeira edição da obra *Breve notícia sobre a província do Rio Grande do Norte* (1877) foi uma iniciativa pessoal. O texto de Manoel Ferreira Nobre não foi fruto de uma encomenda do estado imperial ou de algum órgão da província – embora o autor transitasse nas estruturas do poder, atuando em esferas distintas da administração imperial. Manoel Ferreira Nobre teve que custear a sua obra ao preço de dois mil réis. Todavia, não hesitou em pedir auxílio financeiro aos seus conterrâneos, como pode-se perceber na notícia publicada pelo jornal *Brado Conservador* da cidade de Assú no dia 1º de junho de 1877:

Lê-se no *Espírito Santense*: – << Pelo illustrado Sr. Manoel Ferreira Nobre, acabamos e receber um volumoso manuscripto, contendo factos historicos e tradições da provincia do Rio Grande do Norte, o que muito agradecemos.

Não se áchandoquasi nada escripto sobre aquellaprovincia, o illustrado o author presta a sua provincia (Rio Grande do Norte) um valioso serviço, e mais que tudo ao paiz em geral.

Breve daremos principio á publicação desse importante trabalho, com que nos honrou desse distincto cavalheiro.

Tambem nós labutamos em um igual trabalho, que já se acha bastante adiantado, sobre factos historicos desta provincia, e que são na maior parte ignorados.>>”

“Transcrevendo do *Espírito Santense* estas linhas, temos em vista colher informações acerca de factos historicos desta provincia, afim de auxiliarmos a importante empreza em que se acha empenhado aquelle nosso distincto comprovinciano.

Agradeceremos, pois, qualquer offerta que neste sentido nos for apresentado, incumbindo-nos de fazel-a chegar ao seu destino.

Os editores do jornal *Brado Conservador* transcreveram a notícia veiculada em uma gazeta do Espírito Santo. O motivo da transcrição justificase: o manuscrito de um norte-rio-grandense dedicado a colher informações sobre os fatos históricos e as tradições da província. Era preciso sensibilizar os potiguares da cidade do Assú-RN para auxiliar financeiramente seu “distinto

¹ Uma versão desse capítulo foi publicada na Revista Enbortal em 2018, sob o título *A primeira história do Rio Grande do Norte: um ensaio sobre a recepção da obra Breve Notícia sobre a província do Rio Grande do Norte (1877) de Manoel Ferreira Nobre*. Acesso: <https://core.ac.uk/reader/327993510>



comprovinciano” no cumprimento de seu empenho. Para isso, os editores dispuseram o seu próprio jornal como veículo pelo qual os leitores poderiam dispensar seus recursos em prol da causa.

Não há fontes que confirmem se a moção do *Brado Conservador* obteve sucesso. O que se sabe é que o empreendimento intelectual de Manoel Ferreira Nobre era custoso para alguém que decidiu arcar as despesas sozinho.

Em carta remetida ao padre João Alípio, no dia 29 de agosto de 1878, ele pedia auxílio financeiro ao seu amigo sacerdote: “A importância da assinatura ficará à sua vontade, pois que não quero negociar, e apenas recorro aos sentimentos generosos dos meus patrícios amigos, para poder satisfazer as despesas da impressão de minha obrinha.” (SOARES, 1971, p.225) Não se sabe se o padre João Alípio correspondeu ao pedido do seu amigo, Manoel Ferreira Nobre. Talvez tenha conseguido receber recursos dos seus conterrâneos desconhecidos e amigos, dentre estes, o senador João José de Oliveira Junqueira, a quem dedica a sua obra “como testemunho de profunda gratidão e sincera amizade.” (NOBRE, 1971) Não há informações sobre as razões que o levaram a dedicar a obra ao senador e amigo. É possível que João José de Oliveira Junqueira tenha patrocinado sua obra, no entanto, não há nenhum documento que trate a respeito da questão.

Em relação à recepção da obra, não consegui identificar qualquer menção ao livro nos jornais ou nas revistas publicados pelos homens de letras da província do final do século XIX e começo do XX. O comentário mais antigo que encontrei veio do último capítulo do livro *História do Rio Grande do Norte* (1921) de Augusto Tavares de Lyra, intitulado *Ligeiros traços biographicos de cinquenta rio-grandenses illustres, fallecidos antes de 1910*. Como sugere o título do capítulo, Tavares de Lyra escreveu pequenas páginas de biografia sobre os que ele considerava ser os mais ilustres norte-rio-grandenses. Manoel Ferreira Nobre estava nesse panteão. Basicamente, as informações biográficas evidenciadas por Tavares de Lyra diziam respeito ao lugar e ao ano de nascimento e morte de Manoel Ferreira Nobre, sua trajetória política e a razão do seu “mérito excepcional”: “foi o primeiro e ainda é, no genero, um dos poucos que existem sobre o Rio Grande do Norte.” (1921, p.790). Decerto, este aspecto foi o que justificou a inserção de Manoel Ferreira Nobre no panteão de Tavares de Lyra. Apesar disso, a *Breve Notícia* não ficou imune ao juízo de Augusto Tavares de Lyra. Sua crítica foi lacônica: contém erros e defeitos. (LYRA, 1921, p.790) Mas quais defeitos, que erros? Tavares de Lyra não fez menção a nenhum.



Do ano de sua publicação, em 1877, até a metade do século XX, a *Breve Notícia sobre a província do Rio Grande do Norte*, passou quase despercebida pelos intelectuais norte-rio-grandenses. Demorou quase cem anos para que a obra ganhasse uma segunda edição. Somente em 1971, no auge da ditadura civil-militar, é que o IHGRN, na gestão do presidente Enélio Lima Petrovich, conseguiu, com a colaboração do *Conselho Federal da Cultura*, publicar uma nova edição da obra de Manoel Ferreira Nobre. Porém, o esforço em publicar uma nova edição do livro já existia desde os anos de 1950. O próprio Luís da Câmara Cascudo (1963) propôs, em fins de 1953, a Nestor Lima, até então presidente do IHGRN, que reeditasse a obra na ocasião do 130º aniversário do nascimento do autor.

Por volta dos anos de 1940, Luís da Câmara Cascudo começou sua pesquisa “arrastada anos e anos”, pelos mais diversos arquivos das cidades do estado, procurando informações acerca da biografia de Manoel Ferreira Nobre. O resultado de sua pesquisa só foi publicado posteriormente, pela revista do IHGRN, no início da década de 60, com o título “Notícia sobre Manoel Ferreira Nobre”.

O artigo de Cascudo é dividido em três partes. Na primeira, é mencionada as informações gerais da obra de Manoel Ferreira Nobre, tais como: a editora, o ano de publicação e o custeio. Informa-se ainda o ano do batismo de Ferreira Nobre e sua trajetória política. Na segunda parte, Cascudo trata exclusivamente da problemática em torno do ano e do lugar onde falecera: “Manoel Ferreira Nobre faleceu em Papari, hoje Nísia Floresta, a 15 de agosto de 1897. Acabou-se o problema...” (1963, p.8) O problema anunciado por ele era uma referência à incerteza do ano e do lugar em que Manoel Ferreira Nobre havia falecido. Luís da Câmara Cascudo corrigiu a informação dada por Augusto Tavares de Lyra, em sua *História do Rio Grande do Norte* (1921), de que Manoel Ferreira Nobre teria falecido na cidade de São José de Mipibu, em 1889.

Na última parte do artigo, Cascudo dedicou-se a informar sobre o principal elemento da biografia de Ferreira Nobre: seu livro. Assim como Augusto Tavares de Lyra, Cascudo elege o pioneirismo da *Breve Notícia* como sendo o acontecimento mais importante da biografia de Manoel Ferreira Nobre. Semelhantemente a Augusto Tavares de Lyra, uma das principais críticas feitas por Luís da Câmara Cascudo foi a quantidade de enganos e erros presentes no livro. Inclusive, para ele, era interessante que a *Breve Notícia* ganhasse uma nova edição anotada, não para atualizá-la, “porque perderia seu sabor arcaico, a graça de sua velhice conversadeira e saborosa”, mas para apontar as recorrentes



informações errôneas. (CASCUDO, 1963). Não é por acaso que Luís da Câmara Cascudo foi um dos membros escolhidos pelo IHGRN para comentar a obra de Manoel Ferreira Nobre na edição de 1971.

Luís da Câmara Cascudo acrescenta ainda outro elemento à sua crítica: o livro de Manoel Ferreira Nobre não era bem uma história, mas uma crônica breve e sucinta. Cascudo não informa a razão pela qual categorizou o referido livro como uma narrativa mais próxima da crônica do que da história. Talvez Cascudo seguiu o gesto de Varnhagen e de Capistrano de Abreu que também classificavam parte da historiografia que lhes antecedia como crônica. (OLIVEIRA, 2006) No entanto, o seu gesto classificatório não foi por acaso.

Um dos primeiros lugares em que Cascudo ocupou, enquanto homem de letras, foi o de cronista da cidade de Natal. (ARRAIS, 2011) Entre o final dos anos de 1910 e em toda década de 1920, o jovem letrado passou a publicar várias crônicas, sobretudo no jornal do seu pai, *A Imprensa*, e no periódico oficial do estado, *A República*, “com temáticas voltadas para a observação da cidade e, vez por outra, algumas resenhas bibliográficas sobre escritores de todo país.” (SALES NETO, 2009, p.68) Embora as crônicas tratassem de outras temáticas, como: resenhas de livros, fatos referentes à história do Rio Grande do Norte, aspectos do folclore brasileiro, elementos da formação cultural da nação, entre outros, o principal objeto descrito por Cascudo era a cidade de Natal. (ARRAIS, 2011a)

Em grande medida, suas crônicas eram produto de suas idas *in loco* às ruas da cidade: “Ha dias passados, fiz um passeio scismarento (sic) e longo pelas velhas ruas de Natal. Tanta casa silenciosa rompendo a nudez para gritar-me nomes e erguer figuras do pretérito.” (CASCUDO, 1928) Essa experiência de deslocamento lançou-o até o passado da sua cidade, mostrando aos seus leitores a continuidade do passado no presente (ARRAIS, 2011b)

Em suas crônicas, Cascudo passa a informá-los acerca dos modos de viver na cidade, descrevendo os costumes e a mentalidade dos cidadãos, evidenciando o cotidiano da pequena capital e o seu passado. Seus relatos são concisos. Suas crônicas sobre a cidade são fragmentadas: não buscam a construção de um sentido temporal que atravessasse toda a experiência da cidade no tempo. As crônicas mostram o passado no presente, mas não produzem uma narrativa de conjunto, um todo coerente, uma identidade temporal que organize e signifique as experiências dos cidadãos no tempo. Cascudo sabia disso. Não é por acaso que, em 1947, publica sua *História da cidade do Natal*, exatamente para dar unidade aos elementos que estavam dispersos em suas crônicas sobre Natal. Somente a



história poderia dar a unidade temporal à cidade. Somente a narrativa da história poderia dar sentido temporal aos seus moradores frente às vicissitudes que ameaçavam ruir a ordem social e política de Natal, a partir dos anos 40:

A trajetória descrita pelo trabalho consagrado à busca da unidade entre os homens do presente e do passado, entre o indivíduo e sua comunidade ameaçada de esfacelar-se, correspondeu, sob o ponto de vista do gênero narrativo, à passagem da crônica (o fragmento) à história (a síntese)." (ARRAIS, 2011b, p.32)

Foi a história da cidade, e não as crônicas sobre ela, que produziu a identidade entre os natalenses do passado com os do presente. Embora tomassem a cidade como objeto dos seus relatos, a crônica e a história eram concebidas por Cascudo de forma distinta. Talvez essa questão explique, ainda que parcialmente, a classificação instituída por ele, quando considerou a obra de Manoel Ferreira Nobre como crônica e não como história. É interessante mencionar que esse mesmo raciocínio esteve presente na crítica de Capistrano de Abreu a *História Geral do Brasil*, de Varnhagen, feita no final do século XIX. Para Capistrano de Abreu, a obra de Varnhagen possuía muitos traços de crônica (OLIVEIRA, 2006, p.77). Uma dessas marcas tinha a ver, segundo ele, com a falta de "intuição de conjunto", isto é, a ausência de uma narrativa que conferisse coerência, unidade e inteligibilidade aos acontecimentos narrados. Na avaliação de Capistrano de Abreu, faltava ao texto de Varnhagen uma narratividade histórica plena, ou seja, o estabelecimento de um relato, um enredo que pudesse dar sentido às distintas periodizações da história do Brasil. (OLIVEIRA, 2006) Neste ponto, não é absurdo considerar que a leitura crítica que Cascudo fez da obra de Manoel Ferreira Nobre tenha tido como elemento norteador o arrazoado de Capistrano de Abreu em relação ao texto de Varnhagen.

A obra de Manoel Ferreira Nobre não trouxe uma síntese histórica para o Rio Grande do Norte. Os capítulos não correspondem a unidades de sentido, organizados a partir de um ordenamento temporal, mas são compostos de narrativas desconexas sobre as cidades e vilas da província. O Rio Grande do Norte não é tratado como um *ente* em si mesmo, como uma totalidade temporal. A narrativa de Manoel Ferreira Nobre é, na verdade, o somatório de informações sociais, econômicas, culturais, institucionais, políticas, entre outras, das cidades e vilas que compuseram a província à época do autor. Se pensarmos a estrutura das crônicas de Cascudo sobre a cidade do Natal, a *Breve Notícia* de Manoel Ferreira Nobre seria uma soma das crônicas das cidades e vilas da província.



São informações isoladas de cada uma das unidades que fazem parte do Rio Grande do Norte. Manoel Ferreira Nobre não construiu uma narrativa geral para a província, como Cascudo fez em 1955, em sua *História do Rio Grande do Norte*.

Na obra de Manoel Ferreira Nobre, o relato histórico não é caracterizado por uma construção de uma unidade narrativa que faça significar e organizar a experiência dos norte-rio-grandenses no tempo. Isso não quer dizer que Cascudo a tenha desmerecido ou tenha colocado sob suspeição a sua primazia. Pelo contrário, embora não tenha sido propriamente uma história, como ele considerava, a obra de Manoel Ferreira Nobre foi o primeiro volume publicado com intenção de história: “Antes dele, nada existe. Começou a série...” (CASCUDO, 1963, p.10). Para Cascudo, o valor da obra não residia somente pela sua intencionalidade histórica, mas pelas informações nela contidas, daí o seu apelo para que o IHGRN a publicasse novamente. Luís da Câmara Cascudo não esteve só nessa empreitada.

Outro sócio do IHGRN que contribuiu para a republicação da *Breve Notícia* foi o desembargador Antônio Soares. Em seu discurso de posse na *Academia Norte-rio-grandense de Letras* (ANL), pronunciado no dia 1º de dezembro de 1949, o desembargador defendeu a criação de uma cadeira na agremiação que homenageasse o considerado primeiro historiador do Rio Grande do Norte:

Daí, o dever, que passei a considerar imperioso, de tornar imutável, pela perpetuidade, a denominação da cadeira que fizer apor, com a aquiescência da Academia, o nome do benemérito rio-grandense – Manoel Ferreira Nobre – nobre de nome e nobre nos seus demonstrados sentimentos patrióticos. (SOARES, 1971, p.231)

Conforme Antônio Soares, sua defesa refletia o seu comprometimento em tirar da “lamentável situação, de quase abandono, um valoroso rio-grandense do norte.” (1971, p.219) Seu objetivo era claro: construir uma memória para o conterrâneo que primeiro escrevera a história do Rio Grande do Norte. Era necessário tirá-lo do esquecimento, não somente sua biografia – tornando-o uma figura notável, imortal – mas também sua obra. Para Antônio Soares, a criação de uma cadeira com o nome do “notável patrício” era uma forma de fazer justiça à memória de Manoel Ferreira Nobre, uma maneira de arrancar do crime do esquecimento seu nome e exaltar “o seu mérito, real, indiscutível.”



(1971, p.220). Não é por acaso que o próprio Antônio Soares assumiu, perante os seus pares da *Academia*, o compromisso de colher mais informações sobre a biografia de Manoel Ferreira Nobre, usando o expediente da viagem:

Excursão de turismo? Absolutamente, não. Forma poucas e curtas minhas viagens de recreio. Andei, sim, numa cívica peregrinação, em busca do lugar onde tivera sepultura um patrício ilustre, a quem cruéis privações lançaram numa vida errante, obrigado a tirar meios de subsistência, de uma profissão para o exercício da qual não possuía título. (1971, p.219)

Assim como Cascudo, Antônio Soares percorreu os arquivos do estado do Rio Grande do Norte a fim de buscar mais informações sobre a vida de Manoel Ferreira Nobre. A viagem é encarada não como uma atividade lúdica, mas como uma atividade intelectual, heurística, e um dever cívico que tem como intuito refazer os passos do primeiro historiador do Rio Grande do Norte, o “patrício ilustre”, que Antônio Soares queria honrar por meio não só da sua pesquisa, mas também da instituição do seu nome no panteão dos imortais da ANL. A viagem é pensada também como uma prática patriótica que vai ao encontro de um personagem que, por meio de sua escrita e dos seus outros serviços à província, demonstra também seus sentimentos patrióticos. Numa relação mimética com o seu próprio biografado, Antônio Soares homenageia não só Manoel Ferreira Nobre, mas a si mesmo, com a instituição da cadeira número 4, a qual ocupou na *Academia*.

O motivo central da homenagem a Manoel Ferreira Nobre era o principal fruto do seu patriotismo: “tornar conhecida a sua terra natal” por meio de sua obra. Assim como Tavares de Lyra e Cascudo, Antônio Soares reconhece as deficiências e imperfeições que se notam “aqui e ali, no correr do seu trabalho.” (1971, p.228) Todavia, para ele as deficiências contidas no livro poderiam ser justificadas, considerando que este fora impresso longe de suas vistas. O elemento exterior a obra, isto é, a edição realizada pela editora do Espírito Santo, longe dos olhos do autor, justificaria também suas imperfeições. Manoel Rodrigues de Melo, o prefaciador da edição de 1971, chegou à mesma conclusão:

Não direi que Ferreira Nobre esteja isento de erros e de enganos. Mas é preciso levar em conta que o seu livro foi composto e impresso em Vitória do Espírito Santo, longe das vistas do autor, impossibilitando-o de fazer uma revisão bem cuidada, evitando assim troca de palavras e datas que só o autor seria capaz de corrigir em tempo (MELO, 1971, p.10).



Para Manoel Rodrigues de Melo, em todo processo de edição de uma dada obra havia uma espécie de “guerra fria” entre os “inocentes autores” e os revisores. Essa metáfora da guerra, bastante em voga no contexto pós-Segunda Guerra, serviu de argumento para afirmar que a *Breve Notícia* passou por possíveis manipulações dos editores, prejudicando ou não o sentido primeiro do seu autor. Ora, a estratégia de Manoel Rodrigues de Melo e de Antônio Soares é clara: dirimir os possíveis erros de Manoel Ferreira Nobre, oferecendo a justificativa do distanciamento entre autor e revisor. Apesar das críticas à *Breve Notícia*, os historiadores do IHGRN estavam convencidos da necessidade de agenciar uma nova edição do livro. Para eles, era preciso tirar do eterno esquecimento o livro e a memória do seu autor.

A publicação da segunda edição do livro de Manoel Ferreira Nobre teve um objetivo duplo: ao mesmo tempo em que tirava do esquecimento a obra e o seu autor, ia além do seu o texto, atualizando-o e corrigindo-o. Se as possíveis modificações realizadas pelos revisores capixabas, na primeira edição do livro, foram duramente criticadas por Manoel Rodrigues de Melo no prefácio, as atualizações e correções feitas pelos historiadores do IHGRN à segunda edição, através das notas de rodapé, foram entendidas por ele, como um trabalho “necessário e proveitoso para as letras históricas do Rio Grande do Norte.” (1971, p.11)

Textos dos sócios do IHGRN, como Luís da Câmara Cascudo e Nestor Lima, foram inseridos para dialogarem com Manoel Ferreira Nobre sobre os assuntos de história e de geografia do Rio Grande do Norte. Os textos dos referidos intelectuais e de outros, como Vicente Lemos, Tavares de Lyra e Rocha Pombo, serviram de baliza para acrescentar, afirmar ou corrigir as informações trazidas por Manoel Ferreira Nobre. Os “diálogos” com o texto do autor foram inscritos através da inserção de notas de rodapé. Estas não tinham como função comprovar documentalmente os fatos e as informações contidas na afirmação do seu próprio autor, indicando as fontes que ele usou para sustentar a sua verdade, tal como faziam os historiadores do século XIX (GRAFTON, 1998), contemporâneos de Manoel Ferreira Nobre.

As notas da segunda edição não objetivavam dar autoridade ao seu autor, até mesmo porque a grande maioria delas não era de sua autoria. Isso não quer dizer que Manoel Ferreira Nobre não tenha se utilizado do expediente da nota de rodapé. Conforme Anthony Grafton (1998), o uso das notas já se tornara parte do procedimento padrão dos historiadores, antes mesmo que



os intelectuais do iluminismo o adotassem. Manoel Ferreira Nobre, como um homem letrado do século XIX, não ficou alheio ao seu uso, embora não o fizesse em larga escala. A maior parte de suas notas de rodapé tinha como escopo detalhar as informações já trazidas no corpo do texto. Por exemplo, quando descreve os limites da cidade de Natal, “começando do Baldo até à Gamboa de João Costinha”, Manoel Ferreira Nobre insere uma nota, detalhando o que seria o *Baldo*:

Assim se chama o tanque que fica ao entrar da cidade, que dá fácil expedição às águas que nêle se aglomeram por ocasião das chuvas. Foi fundado no ano de 1810, pelo Governador Lôpo Joaquim de Almeida Henrique. O Capitão de Artilharia do Regimento de Olinda, José Xavier de Mendonça, Comandante da Companhia de linha, foi o administrador da obra, sendo os seus operários e serventes as praças da mesma Companhia. (1971, p.37)

Nessa nota de rodapé, Manoel Ferreira Nobre visava apenas acrescentar novas informações do que já havia sido dito no corpo do texto, especificando o que, como e por quem foi fundado o *Baldo*. No entanto, as informações fornecidas pelo autor não são comprovadas pela citação das fontes. Nesse caso, não há qualquer menção sobre o suporte documental em que Manoel Ferreira Nobre se baseou para ratificar seus dados. Porém, é importante assinalar que, em algumas notas, o autor fez referência às fontes utilizadas. Por exemplo, quando relata sobre o porto de Areia Branca, pertencente, à época, à cidade de Mossoró, o autor cita o documento que o criou, a Lei Provincial nº 658, de 5 de dezembro de 1872, para provar a informação que havia escrito no corpo do texto. Em outras notas, as fontes foram citadas, mas não especificadas. Majoritariamente, suas “referências de pé de página” eram mais descritivas do que comprobatórias.

Diferentemente das notas de rodapé de Manoel Ferreira Nobre, as notas da segunda edição tinham como papel atualizar e corrigir as informações fornecidas pelo próprio autor, funcionando como comentários. Por essa noção, entende-se à luz das discussões que o filósofo Michel Foucault fez em seu texto *A ordem do discurso* (1970). Particularmente, apropria-se aqui de sua análise acerca de um dos procedimentos internos do discurso, especificamente, acerca do “comentário”, que opera a partir de um desnivelamento entre os discursos. É sabido que Foucault não tratou necessariamente de algum texto histórico propriamente dito, mas sua reflexão acerca desse mecanismo de



funcionamento interno dos discursos na sociedade, permite-se pensar as notas de rodapé dos editores como dobras do discurso, uma forma de dizer algo além do texto primeiro, isto é, do texto de Manoel Ferreira Nobre. Nesse sentido, os comentários de outros historiadores, referenciados nas notas de rodapé, produziram discursos que iam além da obra, ora atualizando-a, ora corrigindo-a, operando um desnivelamento entre o texto primeiro (a narrativa de Manoel Ferreira Nobre) e o texto segundo (os discursos que se articulam ao texto primeiro).

A função das notas destinadas à atualização da obra era fazer um balanço entre os dados fornecidos por Manoel Ferreira Nobre em seu livro de 1877, e as novas informações fornecidas pela edição de 1970. Por exemplo, enquanto Manoel Ferreira Nobre informava sobre o porto de Guararapes, “um dos arrebalde mais importantes do município da capital”, os editores da segunda edição do livro atualizavam a informação através da nota 43: “O pôrto de Guararapes não existe mais. Ficava à margem esquerda do Rio Jundiaí, afluente do Rio Grande ou Potengi. Com a extinção do pôrto desapareceram também a casa e a capela.” (NOBRE, 1971, p.40) Este exemplo demonstra como a atualização da segunda edição apresentou aos leitores uma descontinuidade entre passado e presente. Dessa forma, o gesto de atualizar a obra demarca o seu próprio lugar no passado, evidenciando a historicidade do seu texto, encerrando-o como algo que já não existe mais, promovendo um desnivelamento entre o relato do passado e o presente. Por meio da atualização, os leitores poderiam perceber as mudanças ocorridas na própria cidade em quase cem anos, desde a primeira edição da obra, em 1877, até a segunda, em 1971.

Além das atualizações da obra, os editores corrigiram-na. Informações históricas e geográficas, bem como erros gramaticais, foram objetos de intervenção dos editores na obra *Breve Notícia*. Nem a numeração dos capítulos, em algarismo romano, da primeira edição, passou incólume, como explica os editores na nota 56-A: “Na primeira edição do *Breve Notícia* escapou à revisão a numeração em romano do Capítulo IV sobre a *Cidade do Assu*, o que agora se corrige.” (NOBRE, 1971, p.54)

A mudança realizada na numeração é um exemplo da interferência direta dos editores da segunda edição no corpo do texto. Mas essa intervenção no texto foi uma exceção e não uma regra. As informações consideradas equivocadas pelos editores foram apontadas em suas notas de rodapé, preservando, segundo eles, o texto original. Por exemplo, no capítulo destinado à cidade de Assú, Manoel



Ferreira Nobre afirmara que o jornal *Brado Conservador* tinha sido publicado desde o ano de 1875. Os editores corrigiram essa afirmação: “Há equívoco de Ferreira Nobre. O primeiro número do *Brado Conservador* circulou no dia 28 de setembro de 1876.” (NOBRE, 1971, p.61) Para corrigir o erro da informação, os editores recuperaram textos de outros historiadores norte-rio-grandenses, colocando-os como elementos de autoridade e de referência para embasar suas retificações. No caso supracitado, o texto a ser considerado foi o artigo de Luís Fernandes, um dos sócios fundadores do IHGRN, intitulado *A imprensa periodica no Rio Grande do Norte do Norte*, publicado pela revista do IHGRN, entre 1913-1915. Além de Luís Fernandes Sobrinho, os editores também citaram Luís da Câmara Cascudo, este o mais evocado por eles, devido a sua importância no cenário intelectual do Rio Grande do Norte, para corrigir os possíveis equívocos históricos cometidos por Manoel Ferreira Nobre. No capítulo III, sobre a cidade de São José de Mipibu, mais precisamente quando Manoel Ferreira Nobre cita o alvará de criação da freguesia, instituído, de acordo com ele, no dia 3 de julho de 1788, os editores inserem a nota 56, explicando o erro do autor a partir de uma informação trazida por Luís da Câmara Cascudo: “A criação da freguesia de São José de Mipibu, segundo Câmara Cascudo, é de 22 de fevereiro de 1762, (...)” (NOBRE, 1971, p.54)

A prática de depuração dos erros históricos, utilizando afirmações de outros historiadores norte-rio-grandenses, repete-se em várias passagens do texto de Manoel Ferreira Nobre. Todavia, em outras, parece haver um processo de justificação dos erros do autor, novamente usando o argumento do possível engano cometido pela tipografia capixaba, na primeira edição. Esta questão fica notória, na ocasião do capítulo referente à *cidade do Príncipe*, hoje Caicó, quando Manoel Ferreira Nobre cita o alvará de 3 de julho de 1788, que confirmou o título de *Vila Nova do Príncipe*. Os editores mencionam, a partir das afirmações de Antônio Soares, José Augusto e Cascudo, que o alvará foi criado no dia 31 de julho de 1788, concluindo que: “Ferreira Nobre por um triz não acertou. Terá havido erro tipográfico?” (1971, p.68)

Além dos supostos erros históricos, os editores corrigiriam ainda informações geográficas presentes no texto de Manoel Ferreira Nobre. Por exemplo, quando este menciona a localização do *Passo da Pátria*, na capital da província, os editores trataram de corrigi-lo: “O *Passo da Pátria* fica à margem direita do Rio Grande ou Potengi e não à margem esquerda, como diz o autor.” (1971, p.31) Isso também ocorre com a própria gramática do texto. Em vários trechos da segunda edição da *Breve Notícia*, foram indicados os “solecismos” do



autor. Percebe-se essa questão no seguinte exemplo: “A Igreja da Matriz, a Casa de Mercado Público, a casa assobradada, destinada para residência da freguesia, são obras que honram a cidade.” (NOBRE, 1971, p.73) Para os editores, Manoel Ferreira Nobre empregou o verbo *destinar* inadequadamente na oração: “Neste caso, invés da preposição simples “para”, deveria o historiador ter empregado o “a” craseado, fusão da preposição simples “a” com o artigo feminino “a” (à) com o sentido de movimento e não “para” com o sentido de fixação, de permanência.” (1971, p.73) Nem os erros gramaticais ficaram livres das correções dos editores.

Segundo os editores, em respeito à memória biográfica de Manoel Ferreira Nobre e à fidelidade ao texto da primeira edição, não fizeram intervenções diretas no corpo do texto – a não ser na ordem de numeração dos seus capítulos, como foi citado anteriormente. Os membros do IHGRN foram rigorosos com a primeira história do Rio Grande do Norte. Preocuparam-se em tirá-la do esquecimento, mas também foram além dela, atualizando-a e corrigindo-a. Eles fizeram, até então, a leitura mais cuidadosa da *Breve Notícia* – ao menos a que chegou até o presente. Não se sabe, entretanto, como o livro de Manoel Ferreira Nobre foi recebido pelos seus primeiros leitores, muito menos quais foram suas críticas e/ou elogios.

Capítulo 2



Baseada nas leis e informações: os usos das fontes²

Sem recorrer a nenhum estudo anterior que tratasse, especificamente, sobre a província, Manoel Ferreira Nobre decidiu escrever sobre o Rio Grande do Norte com as informações que colhera junto aos arquivos e à tradição oral.

No dia 15 de março de 1877, Manoel Ferreira Nobre terminava de escrever o prefácio de sua única obra. Dirige-se ao público, informando-lhe o que deveria ser esperado de sua obra: não uma história “preciosa e interessante do Rio Grande do Norte”, mas um “ligeiro ensaio”. Um pouco mais de vinte anos antes do prefácio da *Breve Notícia*, Varnhagen, no primeiro volume da *História Geral do Brasil* (1854), mais especificamente na dedicatória a D. Pedro II, definira sua obra como um ensaio. Tal declaração se tratava “menos de uma definição de gênero do que a demonstração de modéstia intelectual”, conforme Fernando Nicolazzi. (2011, p.401) Manoel Ferreira Nobre repetiu o gesto de Varnhagen. O autor da *Breve notícia* não justificou a razão pela qual definiu seu livro como ensaio e não como história. Apenas expressou ao público que seu trabalho fora fruto do contraste entre a fragilidade de suas produções e sua força de vontade em superar os limites do seu empreendimento: “encontrei dificuldades quase insuperáveis, porém, foram destruídas pela força de vontade, e agora cabe-me o desvanecimento de apresentar à luz pública as minhas fracas produções.” (1971, p.2) Em outras palavras, Manoel Ferreira Nobre estava comunicando aos seus leitores que seu trabalho fora feito no limite. Todavia, seu prefácio não foi um espaço apenas de evidenciação dos limites de sua obra. Por meio dele, Manoel Ferreira Nobre narra a história do seu próprio texto, como pode-se perceber nos dois primeiros parágrafos do prefácio da *Breve Notícia*:

Em meu trabalho de Oficial-Maior da Secretaria da Assembléia Provincial do Rio Grande do Norte, lugar que exerci por mais de dois anos, era adstrito fornecer às Comissões Permanentes da casa, todas as informações necessárias para acerto das deliberações.

Esta necessidade, continuamente repetida, induziu-me a tomar apontamentos; tive para logo a idéia de os dar a lume, visto não ter aparecido ainda descrição alguma especial da província, a que tenho a honra de pertencer. (1971, p.2)

2 Uma versão desse capítulo foi publicada nos anais do XI Encontro Regional Nordeste de História Oral, evento ocorrido entre os dias 09 e 12 de maio de 2017 na Universidade Federal do Ceará, campus Benfica, Fortaleza, Ceará.



De acordo com Manoel Ferreira Nobre, o ofício na secretaria da Assembleia e a constatação de que a sua província ainda não tinha recebido alguma descrição especial, sensibilizaram-no a escrever sobre o Rio Grande do Norte. O seu texto foi possível a partir da inserção do autor em um lugar: a burocracia provincial.

Em fevereiro de 1852, Manoel Ferreira Nobre deu início à sua trajetória na administração da província, começando como Oficial-menor da Assembleia Legislativa. (CASCUDO, 1963, p.6) No ano seguinte, se tornara ajudante de ordens do presidente de província, Antônio Francisco Pereira de Carvalho, e oito anos depois, passou a exercer a mesma função na administração de Pedro Leão Veloso. Em 1856, se tornou Oficial-maior da Assembleia, passando mais de dois anos no cargo, quando foi eleito como deputado provincial, posição que não o impediu de ausentar-se da secretária da Assembleia legislativa. Depois de sua carreira como militar, o capitão Manoel Ferreira Nobre se aposentou como bibliotecário público provincial. Logo, do início de sua carreira até a aposentadoria, Manoel Ferreira Nobre esteve diretamente vinculado à burocracia provincial, sobretudo, assumindo a secretaria da Assembleia legislativa da província.

Manoel Ferreira Nobre era um burocrata que no dia a dia operava com documentos oficiais que passavam constantemente em suas mãos, e não um antiquário. Era um Oficial-maior, lidava cotidianamente com informações que transitavam na Assembleia provincial. Para Luís da Câmara Cascudo (1963, p.9) essa condição de Oficial-maior o habilitou “a conhecer o Rio Grande do Norte em seu aspecto diário de funcionamento normal”, por isso, segundo ele, escreveu a *Breve Notícia*.

Manoel Ferreira Nobre não foi um pesquisador que precisou se deslocar do seu espaço de origem em busca de arquivos. Foi à procura de fontes sem sair do Rio Grande do Norte. A partir dos arquivos da própria burocracia provincial, em que desempenhava sua repetitiva atividade de organizar documentos oficiais e remetê-los à Assembleia, que Manoel Ferreira Nobre foi, conforme ele mesmo, “induzido” a pesquisar as coisas de sua terra. Assim como Leopold von Ranke e muitos eruditos do século XIX, Manoel Ferreira Nobre deleitou-se com uma das grandes descobertas da história do início do oitocentos: o arquivo. (GRAFTON, 1988; FARGE, 2009) Tendo acesso direto aos principais arquivos do Rio Grande do Norte, Manoel Ferreira Nobre decidiu escrever seu texto a partir deles, tendo em vista “não ter aparecido ainda descrição alguma especial da província.”



O título do livro já sugere que tipos de fontes foram utilizadas pelo autor: documentos oficiais e o que Manoel Ferreira Nobre intitulou de “informações” (tradições orais). O autor não estabelece uma crítica documental. Não há uma distinção e nem uma hierarquização das fontes. Os documentos oficiais e as tradições possuem o mesmo valor na *Breve Notícia*. Elas possuem a mesma função: provar o texto do autor. Começarei pelos documentos oficiais.

Como já foi mencionado, Manoel Ferreira Nobre era um burocrata com livre acesso à documentação oficial da província. Seu livro está apinhado desse tipo de fonte. Tudo que está presente nos arquivos provinciais e municipais é considerado por ele como documento oficial. Em geral, o autor se vale de leis provinciais e de decretos municipais. Em grande medida, essas fontes dizem respeito à elevação de uma determinada povoação à condição de vila ou de uma vila à categoria de cidade, bem como a criação de colégios eleitorais e de empreendimentos públicos e de instituições públicas, tais como: bibliotecas, escolas, portos etc., das vilas e das cidades que compuseram a província. Como exemplo de uso dessas fontes, cito a menção aos atos oficiais ocorridos no processo de elevação da povoação de Macau à categoria de cidade, relatado por Manoel Ferreira Nobre, no capítulo IX: “No ano de 1875 recebeu as honras de cidade, conservando a mesma denominação. (Lei Provincial nº 761, de 9 de setembro de 1875).” (1971, p.112) Este tipo de informação, isto é, a elevação de uma dada vila à categoria de cidade atravessa praticamente todo o livro de Manoel Ferreira Nobre. O autor cita a lei provincial ou o decreto que regulamenta o ato oficial. Esta espécie de fonte, citada pelo autor, é, antes de tudo, uma forma de provar a veracidade do que foi dito.

Desde o século XIX, o uso do documento é concebido por uma parcela significativa dos historiadores, como parte constituinte da heurística, uma vez que, a partir dele, o historiógrafo teria acesso direto ao passado, fundamento do fato histórico, elemento de prova (GOFF, 2003). É imperioso mencionar que no oitocentos, a história emerge como um saber que pretende ser científico e o interesse pelo documento se constitui como um dos elementos principais na construção desta cientificidade e da própria instituição do estatuto da verdade do texto histórico. (Cf. FOUCAULT, 2007) Para Leopold von Ranke, uma referência incontornável para os estudiosos da história, a busca ou o amor à verdade é uma das exigências da pesquisa histórica no século XIX. (2010, p.207) Não se tem conhecimento se Manoel Ferreira Nobre era um leitor de Ranke ou de outros historiadores ligados a ele, contudo, considero que o



norte-rio-grandense dialogou, de alguma forma, com as regras historiográficas comuns à cultura histórica oitocentista. Isso não significa dizer que Ranke era o único historiador que concebia o documento como elemento indispensável para construção do texto e o ofício do historiador. Outros historiadores contemporâneos de Manoel Ferreira Nobre, como: Johann Gustav Droysen e Wilhelm von Humboldt, por exemplo, partilhavam, pelo menos neste ponto, dessa mesma concepção encontrada em Ranke.

Manoel Ferreira Nobre era cômico da imprescindibilidade do uso do documento. A alusão à fonte servia como elemento de baliza de sua própria narrativa. É o que o torna um historiador verdadeiro e é por essa razão que o autor se interessa em evidenciar que seu trabalho estava comprometido com a verdade: “Na confecção do nosso imperfeito e tênue trabalho, temos muito em vista não apartamo-nos nunca da verdade, (...)” (1971, p.43) Deste modo, Manoel Ferreira Nobre estabelece o que Paul Ricœur chamou de “pacto tácito de leitura” com o seu leitor. De acordo com o filósofo francês, o leitor do texto histórico tem a expectativa de que o historiador proponha uma narrativa verdadeira e não uma ficção. (RICŒUR, 2000) Dito de outra maneira:

Ao abrir um livro de história, o leitor espera entrar, sob a conduta do devorador de arquivos, num mundo de acontecimentos que ocorreram realmente. Além disso, ao ultrapassar o limiar da escrita, ele se mantém em guarda, abre um olho crítico e exige, se não um discurso verdadeiro comparável ao de um tratado de física, pelo menos um discurso plausível, admissível, provável e, em todo, caso honesto e verídico; educado para detectar falsificações, não quer lidar com um mentiroso. (RICŒUR, 2007, p.274-p.275)

Manoel Ferreira Nobre se constitui como um homem de arquivo. Cita os documentos oficiais que ele teve acesso, quando esteve vinculado à secretaria da Assembleia legislativa da província. Este aspecto de sua biografia o faz credenciar o seu próprio texto. Diante disso, seu leitor pode esperar que sua narrativa historiográfica seja um produto de sua pesquisa nos arquivos e não uma ficção ou mentira. É aqui que o autor do texto histórico propõe um pacto com o seu leitor. Como esclarece o filósofo Paul Ricœur, o “pacto de leitura” é subjacente à expectativa que o leitor tem do texto e é a partir dela que o historiador declara sua ambição de representar em verdade o passado (2007, p.240). Ao produzir seu relato historiográfico, o historiador quer “fazer acreditar”, estabelecendo uma narrativa que convença o leitor da sua intencionalidade de reconstruir o curso passado dos acontecimentos (RICŒUR, 2007, p.289). A prova documental



faz parte deste processo de credenciamento do historiador em sua pretensão veritativa do seu discurso histórico. Para Manoel Ferreira Nobre, a questão não era apenas evidenciar que o seu texto é o mais confiável possível, mas é também demonstrar que o que ele diz é verdade, por isso era preciso prová-lo, mencionando os documentos oficiais que legitimavam sua escrita. Todavia, neste processo de esclarecer ao leitor que construção do texto histórico, Manoel Ferreira Nobre não se utilizou somente dos documentos oficiais, foi além deles, baseando sua narrativa também em tradições, informações fornecidas pelos habitantes das vilas e das cidades do Rio Grande do Norte.

Se a condição de burocrata permitiu o acesso direto aos arquivos da província, a viagem ao interior do Rio Grande do Norte possibilitou a Manoel Ferreira Nobre fazer uso das tradições populares. Na manhã do dia 9 de julho de 1861, o presidente de província do Rio Grande do Norte, Pedro Leão Veloso, partiu no vapor *Jaguaribe*, juntamente com o inspetor da tesouraria provincial, João Carlos Wanderley, o engenheiro Augusto Amorim do Valle, um escrivão de sua secretaria e o ajudante d'Ordens, Manoel Ferreira Nobre, com destino às vilas e às cidades do interior do Rio Grande do Norte, com o objetivo de estudar “as necessidades mais momentosas, para prove-las da maneira mais consuetanea com o estado financeiro da província.” (O RIO GRANDENSE DO NORTE, 1861)

De acordo com o jornal *O Rio Grandense do Norte*, o interesse do presidente Pedro Leão Veloso não era o de se apresentar às populações das localidades para receber cortejos, mas conhecer os indivíduos do interior na prática, ver com os seus próprios olhos, “apalpar com sua mão as mais instantes necessidades, para curar dellas” e testemunhar o uso do dinheiro público em algumas obras do sertão.

Foram quarenta e quatro dias de viagem, percorrendo as cidades de Assú, Príncipe (Caicó), Imperatriz (Martins), Mossoró, Jardim (Jardim do Seridó), Macau e as vilas de Apodi, Pau dos Ferros, Porto Alegre. (O RIO GRANDENSE DO NORTE, 1861) A comitiva de Pedro Leão Veloso ouviu e viu as demandas dos moradores destas localidades. Se para a administração da província a experiência da viagem possibilitou um maior contato com as realidades distantes da capital, para Manoel Ferreira Nobre, a viagem permitiu também o acesso ao que Varnhagen chamou de “um arquivo muito mais popular”: a tradição. (1848, p.130)



Na *Breve Notícia*, a tradição aparece como sinônimo de oralidade, produto das falas e das crenças dos habitantes das vilas ou das cidades, como pode-se perceber no capítulo XI, alusivo à vila do Apodi, mais especificamente quando o autor trata sobre uma de suas cavernas, chamada *Cova do Trapiá*:

A crença de alguns moradores, que conhecem aquela paragem, é que ali se encerram riquezas imensas dos holandeses. Dizem outros que, este vale subterrâneo, guarda os restos mortais do povo primitivo, que habitou as várzeas do Apodi. (NOBRE, 1971, p.133)

Embora não traga explicitamente o *eu ouvi (akoé)* como marca de enunciação, tal como Heródoto fez em suas *Histórias*, Manoel Ferreira Nobre diz o que se diz. Obviamente que, diferente da Grécia do século V, o mundo em que Heródoto e suas *Histórias* estão imersos, a qual o discurso oral não era desvalorizado em relação ao discurso escrito, havendo uma “mestiçagem” entre o escrito e oral, no século XIX, a tradição oral não era considerada pelos historiadores como uma fonte com as marcas da cientificidade e, por conseguinte, da verdade. (HARTOG, 2014)

Assim como Heródoto, Manoel Ferreira Nobre ouve e descreve. O autor da *Breve Notícia* reproduz a tradição, colocando-a como elemento de prova do seu relato. Todavia, Manoel Ferreira Nobre não apenas ouviu sobre a *Cova*, mas ele a viu: “Ao entrar da gruta, por uma abertura talhada, encontram-se assentos de pedras listradas de branco e preto, e ladrilho de engraçadas pedrinhas de diferentes cores.” (1971, p.133) Ele esteve lá, era uma testemunha, não de um acontecimento histórico, mas de um monumento da natureza, considerado, pela tradição, como portador do passado. Enquanto sua vista atesta a caverna, seu ouvido reproduz a tradição.

À maneira de Heródoto, Manoel Ferreira Nobre conferiu autoridade às testemunhas não oculares. (HARTOG, 2011) A oralidade teve seu espaço na narrativa de Manoel Ferreira Nobre. O ouvido é parte da sua operação do fazer crer. Em momento algum, a tradição oral é colocada sob o signo da dúvida. Os documentos oficiais e a tradição oral se encontram, desse modo, no mesmo patamar.

No segundo parágrafo do capítulo VII, referente à cidade de Mossoró, Manoel Ferreira Nobre relata: “Afirma a tradição que a sua primeira exploração teve lugar no correr do ano de 1633.” (1971, p.89) Geralmente, com exceção do relato sobre a *Cova do Trapiá*, o autor faz menção à tradição quando relata o



início da exploração e/ou o povoamento de alguma vila ou cidade. A tradição é o referente que Manoel Ferreira Nobre se baseia para narrar o início da exploração do território que, mais tarde, se tornaria a cidade de Mossoró. O uso desse expediente se repete em outros capítulos do livro.

No começo do capítulo X, que trata sobre *Descobrimento, situação e extensão* do município de Macau, o autor escreve:

Afirmara a tradição que no ano de 1715, a população da ilha de Manoel Gonçalves, obrigada pela inundação, deixou aquele lugar e encontrando terreno sóldo e plano á margem esquerda do Rio de Macau, aí estabeleceu fazenda de gados, pescarias e salinas. (NOBRE, 1971, p.110-111)

No caso do povoamento e exploração de Mossoró e de Macau, a tradição oral é precisa. Ela demarca uma temporalidade: ocorreu no ano de 1633 ou de 1715. A tradição parece fornecer ao norte-rio-grandense um dado seguro, preciso. Não é indeterminada, anacrônica, atemporal. Porém, em relação à povoação da vila de Ceará-Mirim, Manoel Ferreira Nobre, comenta: “Mais tarde, segundo afirma a tradição, três padres Jesuítas, por meio da catequese, organizaram uma aldeia e levantaram um Convento, (...)” (1971, p.189) Diferentemente dos relatos sobre a fundação e povoamento em Mossoró e em Macau, no caso Ceará-Mirim, a tradição a qual Manoel Ferreira Nobre cita, não apresenta um dado cronológico preciso. O que é relatado é o evento em si, isto é, a participação dos jesuítas nesse processo. A precisão diz respeito ao evento, *quem* povoou, e não *quando* povoou. Apesar dessa diferença, a tradição oral, apresentada por Manoel Ferreira Nobre nos três exemplos citados, é considerada como uma fonte portadora da verdade.

Resumindo, assim como os documentos oficiais, as tradições foram utilizadas como elementos de prova em seu texto histórico. Neste sentido, não há qualquer distinção valorativa entre os documentos oficiais e as tradições, pois ambas são citadas por Manoel Ferreira Nobre com o intuito de tornar crível o seu enunciado.

Manoel Ferreira Nobre não estava preocupado em ir além da tradição. O autor de *Breve notícia* não utiliza os documentos oficiais para averiguar a autenticidade dos conteúdos fornecidos pela tradição. Seu interesse é que a tradição preencha alguma lacuna em relação ao início do povoamento de uma vila ou cidade que não foi fornecido pelos documentos oficiais. Logo, seu intuito não é estabelecer uma crítica sobre a tradição, antes é afirmar sua positividade e seu valor potencial para a construção do seu texto. É importante assinalar que essa



forma de pensar a tradição não era tão usual entre os historiógrafos brasileiros do século XIX. Varnhagen, por exemplo, fazia certas ressalvas quanto ao uso da tradição no texto histórico.

Em sua premiada dissertação *O Caramuru perante a história*, publicada pela revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1848, Varnhagen se prontificou de examinar o assunto sobre a existência do *Caramuru*, Diogo Álvares, e de sua viagem à França, onde supostamente teria esposado com uma índia sob as graças de Henrique II e de Catarina de Médicis. Varnhagen se propõe a analisar criticamente a “epopéia brasileira”, referenciada por cronistas e por Sebastião Rocha Pitta em *História da America Portuguesa* (1730). Ele põe à prova o referido episódio, “espalhado pela tradição”, a partir da exposição de documentos autênticos. (VARNHAGEN, 1848) São estes os elementos mais seguros na comprovação ou não de um determinado episódio, avalia o Visconde Porto Seguro. (1848, p.144) Isso não quer dizer que Varnhagen desacreditasse totalmente da tradição, destinando a ela somente o lugar de suspeição. Para ele, o episódio sobre a viagem de Caramuru à França tinha algum fundamento: “A tradição é vaga, compõe, associa, romancea, despreza a chronologia, reúne às vezes dois entes em um só, mas nunca inventa.” (VARNHAGEN, 1848, p.144) A contragosto do historiador, os documentos utilizados por ele atestaram que o Caramuru existira e que a sua viagem à França era procedente. A despeito da comprovação de que a tradição tinha fundamento, Varnhagen mostra seus limites: “A tradição com o tempo registrou só o facto; lembrou-se do que succêdera a uma lingua do gentio, mas esqueceu-se do nome do individuo e da data do sucesso, e confundiu. Eis o caso já corrente e intelligivel erro.” (1848, p.145) Diferentemente de Varnhagen, Manoel Ferreira Nobre não colocou a tradição sob o crivo da prova documental. Não testificou se o seu conteúdo era verídico ou inverídico. As leis provinciais ou os decretos municipais não eram mais ou menos verdadeiros em relação à tradição. Elas tinham o mesmo valor e o mesmo objetivo: provar a enunciação do seu texto.

Além dos documentos oficiais e da tradição, Manoel Ferreira Nobre utilizou como comprovação veritativa do seu texto, sua autodesignação como testemunha. Isso fica claro quando o autor narra, no capítulo XXVIII, o momento em que a povoação de *Boca da Mata* (Ceará-Mirim) foi elevada à condição de vila: “mediante os esforços do então deputado provincial, Manoel Ferreira Nobre.” (1971, p.189) O autor não só é descrito como testemunha desse acontecimento histórico da vila, mas é colocado como protagonista da história. O relato da



passagem da condição de povoação à vila não possui outro personagem a não ser o próprio autor. Atuando como protagonista e testemunha da história, Manoel Ferreira Nobre atesta a realidade da coisa passada mediante a sua presença no acontecimento. Ele *esteve lá*, garantindo a fundação da vila de Ceará-Mirim. Ele se insere no texto como alguém que deve ser acreditado porque *esteve lá*, portanto seu testemunho é verdadeiro, o leitor pode confiar. As marcas da verdade não são obliteradas. Pelo contrário: assim como a menção aos documentos oficiais e à tradição, a autodesignação do autor como testemunho da história é colocada também como elemento de prova.

Outro exemplo pode ser encontrado na ocasião da fundação da *Biblioteca Pública Provincial*, instalada em Natal, nas salas do *Ateneu Rio-grandense*, em 8 de março de 1868. Diferentemente do relato sobre a fundação da vila de Ceará-mirim, em que o autor é o protagonista do acontecimento, na instalação da *Biblioteca Pública Provincial*, Manoel Ferreira Nobre é descrito apenas como o bibliotecário, função à qual se aposenta, destituído de qualquer liderança ou protagonismo no processo de estabelecimento da instituição. De acordo com ele, os idealizadores deste “grande pensamento” foram: Gustavo Adolfo de Sá e Joaquim Teodoro Cisneiros de Albuquerque, administrador da província e secretário do governo, respectivamente. Embora a criação da Biblioteca Pública não seja pensada como um acontecimento histórico, tal como a elevação da categoria da vila de Ceará-mirim, Manoel Ferreira Nobre evidencia sua importância, mostrando que a existência da referida instituição abrilhantou a instrução pública da capital da província. Tanto as bibliotecas, quando existentes, é claro, como a instrução pública, são aspectos do universo intelectual que aparecem regularmente nos relatos de Manoel Ferreira Nobre sobre as vilas e as cidades. Não é por acaso que o autor se coloca no texto como participante dessa realidade: “era a biblioteca visitada mensalmente por 150 a 200 leitores, conforme consta das participações do respectivo bibliotecário.” (1971, p.30) Estas informações são fornecidas pelo próprio autor. Ele é, ao mesmo tempo, a testemunha (secretário) e a própria fonte do seu texto.

Em síntese, a *Breve Notícia* foi baseada em diferentes registros: documentos oficiais, tradição oral e testemunho do autor. Embora distintos todos foram importantes na construção do texto de Manoel Ferreira Nobre. Foram usados como instrumentos de comprovação dos enunciados urdidos pelo autor. A partir deles, Manoel Ferreira Nobre evidencia, ao mesmo tempo, a validade do seu texto, escrito sob o signo da verdade, como também as narrativas que ele constrói sobre a sua província.

Capítulo 3



Abreviadas notícias

Manoel Ferreira Nobre dividiu o livro *Breve Notícias* em 29 capítulos. Além destes, o autor acrescentou ao final do livro, um quadro contendo a divisão judiciária da província e um tópico intitulado *Explicações*, o qual será mencionado posteriormente.

O primeiro capítulo, intitulado *Situação e extensão da província*, é um relato breve dos aspectos gerais da geografia, da história, da sociedade e da economia do Rio Grande do Norte à época da publicação do livro. Em linhas gerais, Manoel Ferreira Nobre trata dos seguintes temas: a definição dos limites fronteiriços do Rio Grande do Norte com a Paraíba, o Ceará e o Oceano Atlântico; o início da colonização da capitania; o desligamento de Pernambuco, em 1820; dados sobre a medição da superfície da província; números acerca do quantitativo populacional; a representação política no âmbito da Corte e na Assembleia provincial; a renda e a despesa anual da província; a distribuição das atividades econômicas; a caracterização da vegetação, das minas e hidrografia do Rio Grande do Norte; a lista de cidadãos que ocuparam as primeiras cadeiras da Câmara municipal da capital e o reconhecimento da independência do Brasil por ela; e, por fim, a divisão administrativa da província à época do autor: “a respeito das quais vamos dar abreviada notícia.” (NOBRE, 1971, p.21)

Enquanto o primeiro capítulo é uma descrição lacônica da província, os demais tratam das cidades e das vilas que compuseram o Rio Grande do Norte no último quartel do século XIX. Como foi anteriormente tratado, o texto de Manoel Ferreira Nobre é o somatório das partes, no caso, das cidades e das vilas da província e não uma narrativa geral que constrói uma unidade temporal e um sentido teleológico para o Rio Grande do Norte, como esclarece o historiador João Maurício Gomes Neto: “um agregado de histórias locais (vilas e cidades) que não dialogavam entre si, mas que, reunidas, correspondiam ao Rio Grande do Norte. Da soma das partes, emergiria o todo.” (2010, p.117) Neste sentido, a estrutura da narrativa de Manoel Ferreira Nobre é organizada espacialmente e não temporalmente. (GOMES NETO, 2010, p.117) O tempo não é o elemento unificador dos espaços. As cidades e vilas não aparecem dispostas a partir de uma dimensão sincrônica de tempo. As partes do todo estão dispersas, não comungam um passado comum, são desconexas no tempo. Isso não quer dizer que a narrativa de Manoel Ferreira Nobre seja destituída de temporalidade.



Em geral, no livro *Breve Notícia*, o tempo aparece sob o signo do progresso. Em sua narrativa, Manoel Ferreira Nobre elege dois elementos que testemunhariam os sinais do progresso: os investimentos de capital e as estradas de ferro. No capítulo II, sobre a cidade de Natal, o estudioso destina uma seção especial para demonstrar sua expectativa em relação à lei provincial nº179, de 3 de setembro de 1874, que tratava da criação da *Sociedade de Crédito Real* na capital, cujo objetivo era conceder empréstimos aos proprietários vinculados à lavoura da província: “Com a execução desta lei, a capital e toda a província irão direto a caminho do progresso, e, um dia, as bênçãos dos verdadeiros rio-grandenses do norte cairão profusas sobre os legisladores provinciais.” (NOBRE, 1971, p. 33) O progresso da província é uma expectativa do autor em relação à lei provincial nº179. Para Manoel Ferreira Nobre, o progresso é percebido no presente como uma expectativa, como uma marcha inexorável a qual os norte-rio-grandenses do futuro irão experimentar e, por conseguinte, reconhecer os benefícios trazidos pelos legisladores do passado. O tempo aparece aí não como uma cronologia, mas como uma experiência antropológica temporal, mais precisamente, como horizonte de expectativa, isto é, como um futuro que se abre no presente, voltado para o ainda-não, para o que apenas pode ser previsto. (KOSELLECK, 2006)

Na narrativa de Manoel Ferreira Nobre, o progresso é um horizonte inexoravelmente a ser alcançado, mas que ainda não se realizou. O progresso é uma expectativa sensível ao presente, muito embora não seja uma experiência concretizada em absoluto no presente. Outro exemplo dessa percepção temporal pode ser identificado no mesmo capítulo II, na seção *Fábrica de Tecidos de Algodão*.

Com o advento da chamada *Segunda Revolução Científico-Tecnológica*, no último quartel do século XIX, a expansão da economia industrial-fábrica, a emergência das ferrovias e dos transportes de maneira geral e o avanço da tecnologia foram considerados, em vários países do mundo, como sinais de modernidade e de progresso. (SEVCENKO, 1998; BERMAN, 2007; KOSELLECK, 2014) A narrativa de Manoel Ferreira Nobre sobre o estabelecimento da fábrica de tecidos de algodão em Natal, não é desinteressada. A fábrica é também uma marca do progresso. É por essa razão que Manoel Ferreira Nobre faz questão de destinar a ela um espaço em sua narrativa.



Pertencente a Amaro Barreto de Albuquerque Maranhão, a fábrica de tecidos foi instalada em 4 de janeiro de 1877, no mesmo ano da publicação do livro *Breve Notícia*: “A fundação da fábrica permitida pelas leis citadas, operará, por sem dúvida, maravilhas em auxílio do progresso da cultura e do comércio da província, alongando ao mesmo tempo os domínios da indústria e a introdução de novas tentativas.” (NOBRE, 1971, p.33) Se a *Sociedade de Crédito Real* é a garantia do progresso da lavoura da província, então a fábrica de tecidos de algodão é considerada peça importante para atingir o progresso da cultura e do comércio do Rio Grande do Norte. Ambas são fundamentais para o sucesso econômico da província. Para Manoel Ferreira Nobre, a concretização de ambas no presente é seminal para a positividade do futuro.

Diferentemente da fábrica de tecidos e do crédito bancário, projetos já concretizados no presente, o estabelecimento de estradas de ferro era um desafio para o do Rio Grande do Norte no último quartel do XIX. Se nos países industrializados da Europa a ferrovia já era um dado, um desdobramento do desenvolvimento industrial, na província do Rio Grande do Norte a estrada de ferro era ainda um projeto. No afã da chegada dos sinais da modernidade e do progresso, a sociedade norte-rio-grandense ansiava a construção de linhas férreas na província. De acordo com Eric Hobsbawm (2002, p.72), “nenhuma outra inovação da revolução industrial incendiou tanto a imaginação quanto a ferrovia” em meados do século XIX. A ferrovia foi o único produto da industrialização do oitocentos a ser totalmente absorvido pela imagística da poesia erudita e popular, tanto na Europa como no Brasil. (HOBBSAWM, 2002, p.72)

Como um cidadão interessado pelo avanço do progresso e da modernidade na província, Manoel Ferreira Nobre transparecia certa ansiedade em relação à chegada dos trilhos férreos nas principais cidades do Rio Grande do Norte: “Temos boa razão para crer que a idéia irá avante. Talvez não esteja muito longe a ocasião de cruzarem as locomotivas por esta província, sibilando por entre as matas o grito da civilização.” (1971, p.35) As estradas de ferro representam, ao mesmo tempo, o progresso e a civilização. A emergência da ferrovia é concebida como o momento da supressão do provincianismo das cidades, o avanço do seu estágio evolutivo, o próprio símbolo do triunfo do homem pela tecnologia e o domínio da natureza: “Quando tivermos estradas que comuniquem vida e progresso aos nossos centros, desenvolver-se-ão com rapidez os elementos com que a natureza enriqueceu esta cidade.” (1971, p.81) As estradas de



ferro aparecem como elemento de aceleração do tempo, em que se caminha rapidamente em direção a um futuro inédito. Neste sentido, o progresso parece naturalizar o tempo.

A perspectiva temporal de Manoel Ferreira Nobre se atém ao futuro como expectativa. Um futuro cada vez mais próximo, devido à aceleração do tempo promovido pela ferrovia. A modernidade e o progresso, portanto, foram imaginados por Manoel Ferreira Nobre como um novo tempo que levaria, inexoravelmente, a um futuro cada vez melhor. As narrativas sobre o avanço do capital (como crédito e como indústria) e o transporte ferroviário na província serviam como fundamento de experiências que legitimavam uma visão otimista do futuro.

Em suma, o progresso da província, desejado por Manoel Ferreira Nobre, é uma forma de perceber como a experiência temporal manifesta-se em seu próprio texto. Uma experiência temporal diversa, na verdade. Na seção da *Sociedade de Crédito Real*, do capítulo II, o autor estabelece uma assimetria entre a sua expectativa em relação à execução da lei provincial nº 719 (que criou a *Sociedade de Crédito Real*) e a malograda experiência do projeto de lei nº 482, de 14 de abril de 1860, que autorizou o presidente de província a incorporar um Banco provincial com a denominação de *Banco Rural Hipotecário do Rio Grande do Norte* (NOBRE, 1971, p.33). No século XIX, sobretudo nos países industrializados da Europa, os bancos e as instituições similares tinham um papel assaz importante no desenvolvimento das indústrias nacionais. (HOBBSAWM, 1996) Neste aspecto, a comparação entre as leis não era despropositada. Enquanto a lei provincial nº 719 evidencia uma expectativa, voltada para uma visão positiva do futuro, o projeto de lei nº 482 é a constatação dos erros do passado no presente: “A idéia não foi avante. Foi êsse um descuido, cujas consequências, a províncias está hoje passando.” (NOBRE, 1971, p.33) O passado se constitui aí, na lei de 1860, como um espaço de experiência: uma presença dos acontecimentos passados, uma potência de torná-los presentes, o “estar saturado de realidade, o incluir em seu próprio comportamento as possibilidades realizadas ou falhas.” (KOSELLECK, p. 2006, p.312) De acordo com Reinhart Koselleck, isto ocorre porque enquanto o horizonte de expectativa é a presença do futuro, o espaço de experiência é a presença do passado. (2006, p.311)

Em uma mesma seção, Manoel Ferreira Nobre lida com o tempo de maneira distinta, experimentando passado e futuro no presente, organizando assim uma narrativa que põe em relevo à assimetria entre expectativa e



experiência. Todavia, o tempo não aparece como unificador dos capítulos da *Breve Notícia*. O tempo não organiza a narrativa do livro. O único elemento que identifica as diferentes unidades administrativas da província é a inserção em um território comum.

Embora Manoel Ferreira Nobre tenha afirmado que seu relato se baseava em “fatos consignados na História Antiga e Moderna”, nem de longe a lógica da periodização seguiu a orientação proposta por Cunha Barbosa em seu *Discurso inaugural* (1838) ou por Cunha Mattos em sua *Dissertação acerca do systema de escrever a história antiga e moderna do Imperio do Brasil* (1863), até mesmo porque a divisão apresentada por eles se referia à história geral do Brasil e não a um padrão a ser seguido pelos historiadores das províncias. Para o primeiro-secretário do IHGB, a história da nação se dividida em antiga e moderna, devendo ser subdividida ainda em vários ramos e épocas, “cujo conhecimento se torne de maior interesse aos sabios investigadores da marcha da nossa civilização.” (BARBOSA, 1838, p.10) A proposta de Cunha Barbosa não se resumia à simples instituição de uma cadeia cronológica (CEZAR, 2004). O estabelecimento de uma dada temporalidade era condição para a escrita da história da própria do país. Se fazia necessário definir a gênese da nação brasileira, inserindo-a numa tradição de civilização e de progresso, ideias próprias do pensamento ilustrado (GUIMARÃES, 1988). Segundo Cunha Barbosa, os sábios investigadores deveriam encontrar os traços originários e fundantes da nação, bem como os acontecimentos que identificariam a marcha da civilização nos trópicos:

Ou ella se considere pela conquista de intrepidossmissionarios, que tantos novos attrahiram á adoração da cruz erguida por Cabral neste continente, (...); ou pelo lado das acções guerreiras, na penetração de seus emmaranhados bosques, e na defesa de tão feliz quanto prodigiosa descoberta, contra inimigos externos invejosos da nossa fortuna; ou finalmente pelas riquezas de suas minas e mattas (...) (1838, p.10-11).

De acordo com Cunha Barbosa, através dos fatos, mencionados no excerto acima, se acharia um tesouro inesgotável de honrosa recordação e interessantes ideias, as quais se deveriam mostrar ao mundo. O primeiro-secretário indicava somente modelos que marcaram o começo histórico da nação. (CEZAR, 2004) Neste sentido, a partir dos fatos mencionados por ele, se poderia fixar a origem do Brasil e seu lugar na história da civilização. Não é por acaso que o estudo acerca das experiências jesuíticas no trato com os indígenas tenha tido um



espaço significativo na revista do Instituto, justamente por “valer-se dessa experiência histórica para a implementação de um “processo de civilização” capaz de englobar também as referidas populações.” (1988, p.20)

Assim como o cônego Cunha Barbosa, Cunha Mattos, ao lado de Lino de Moura e Silvestre Rebelo, dentre outros, também se inseriu no debate acerca da periodização da história do Brasil (RODRIGUES, 1987). Sua dissertação foi a primeira exposição teórica de épocas ou dos diferentes períodos da história brasileira.

Em sua *Dissertação*, o marechal oferece alguns argumentos que, segundo ele, corroborariam com as opiniões já emitidas sobre o assunto (MATTOS, 1863, p.121). Inclusive, concorda com a opinião do primeiro-secretário do Instituto em relação à proposta de divisão da história do Brasil em épocas, por “achal-o conforme ao de diversos escriptores antigos e modernos.” (MATTOS, 1863, p.129) Cunha Mattos propôs que a história da nação fosse dividida em três épocas: a primeira concernente aos aborígenes ou autóctones; a segunda, compreendendo as eras do descobrimento pelos portugueses e a administração colonial; e, por fim, a terceira, relativa a todos os acontecimentos nacionais “desde o dia em que o povo brasileiro se constituiu soberano e independente, e abraçou um systema de governo imperial, hereditario, constitucional e representativo.” (1863, p.129) O próprio Cunha Mattos era cômico de que houvesse divergências em torno da sua proposta de divisão, sobretudo, aos princípios da 1ª e 3ª épocas.

Em relação ao primeiro período, ao qual, de fato, se debruçou, o marechal demonstra a dificuldade em se enveredar por ele, por estar debaixo de montanhas de fábulas, uma vez que cada tribo possui origens difíceis de precisar: “para cada uma d’ellas um século dos nossos, é a eternidade.” (1863, p.129) Cunha Mattos não apresentou as possíveis dificuldades em relação aos outros períodos, como fez no primeiro. No entanto, apontou as implicações em se escrever a história da nação a partir de uma proposição temporal, a qual largamente argumentou. Para ele, todo historiador comumente dividia seus trabalhos em épocas ou períodos, em especial, aqueles que tratam dos homens ou dos estados: “descrevem em primeiro lugar as noticias ou as tradições dos tempos fabulosos, depois d’estes os heroicos, e finalmente os verdadeiros antigos e modernos.” (MATTOS, 1863, p.129) Talvez estes últimos se referissem aos 2º e 3º períodos, os quais ele mencionou. Os fatos antigos seriam relativos à conquista portuguesa e sua administração na colônia, e os modernos, ao momento de ruptura em que se evidencia a soberania da nação com o processo de independência. A escrita da



História do Brasil deveria, consoante às orientações de Cunha Mattos e Cunha Barbosa, contemplar essa temporalidade com o intuito de instituir suas origens no tempo e seu lugar no processo civilizatório.

Na *Breve Notícia* de Manoel Ferreira Nobre, fatos antigos e modernos não são concebidos da mesma forma que os fundadores do IHGB os compreendiam. Primeiramente, não há uma preocupação por parte do intelectual norte-riograndense em discernir os elementos formadores da província. Manoel Ferreira Nobre não traçou as origens do Rio Grande do Norte. Os fatos antigos e modernos, mencionados pelo autor, não contemplavam a temática da formação social, étnica e histórica da província. A denominação “antiga e moderna”, presente na *Breve Notícia*, não diz respeito à organização da história do Rio Grande do Norte em eras ou épocas, tal como propunha Cunha Barbosa e Cunha Mattos. Não há em sua narrativa a construção de um passado remoto da província. Quando o passado aparece em seu texto, é para evidenciar algum acontecimento histórico ocorrido em uma determinada vila ou cidade, ou para fixar o ano em que foram povoadas, fundadas e elevadas a outras categorias da administração urbana. Os acontecimentos ocorridos nelas não fixam nenhuma origem e nenhuma identidade histórica para a província. Sendo assim, quando o autor realça que sua narrativa é “baseada nos fatos consignados na história antiga e moderna”, ele está considerando os acontecimentos que ocorreram remotamente ou recentemente nas vilas e nas cidades, e não na província em si, como um todo.

No total são oito cidades e 20 vilas relatadas por Manoel Ferreira Nobre. Os capítulos são referentes a elas. Há elementos comuns em relação à estrutura das narrativas das cidades e das vilas: fundação, localização geográfica, característica climática, hidrografia, topografia, população, edificações, instituições culturais, instrução pública, tipos de economia, costumes, bibliotecas, fortificações, igrejas, freguesias etc. Essa forma de organizar a narrativa se assemelha aos relatórios dos presidentes de província apresentados às Assembleias legislativas e remetidos à Corte. O intuito desses relatórios era, primordialmente, informar ao Império dados sobre os mais variados aspectos políticos, sociais, econômicos, culturais das províncias no período da gestão do presidente. Em síntese, era uma prestação de contas da administração realizada pelos presidentes nas províncias.

Como já foi mencionado, Manoel Ferreira Nobre estava diretamente vinculado à burocracia provincial. O autor tinha amplo acesso, como burocrata e, também, pelo menos por um período, como deputado, aos documentos oficiais



emitidos pela Assembleia legislativa provincial. Decerto, Manoel Ferreira Nobre conhecia muito bem a organização dos relatórios produzidos pelos presidentes provinciais. Foi a partir da estrutura destes que o autor organizou o seu texto. Isso fica bem claro, quando comparamos o relatório do presidente de província, Pedro Leão Velloso, e a organização das narrativas das vilas e das cidades presentes no livro *Breve Notícia*.

No relatório de Pedro Leão Velloso são encontrados os mesmos tópicos que Manoel Ferreira Nobre se utilizou para construir seus textos sobre as vilas e as cidades do Rio Grande do Norte: limites, divisão administrativa, eclesiástica e judiciária da província; contingente populacional; aspectos econômicos: agricultura, indústria e comércio; navegação; administração pública; forças militares; instrução pública; negócios eclesiásticos; obras públicas; dentre outros. Na maioria dos relatos das vilas e das cidades esses elementos aparecem em sua totalidade.

Contudo, os capítulos referentes às vilas e às cidades do interior da província, possuem um maior número de tópicos, devido à descrição mais detalhadas das experiências do autor em sua viagem.

“Todo relato é um relato de viagem – uma prática de espaço”, assevera Michel de Certeau. (2008, 200) Em *Relatos de espaço*, capítulo IX do livro *A invenção do cotidiano*, o pensador francês toma o cotidiano do meio urbano como objeto de sua análise. Para Michel de Certeau (2008), os usos mais variados dos transeuntes na cidade são repletos de linguagem, de relatos de espaço. São as práticas, ou seja, as artes de fazer e as narrativas do cotidiano que constituem os verdadeiros arquivos urbanos. (COSTA, BARRETO, 2009) Neste sentido, o relato do transeunte configura uma dada maneira de praticar o espaço. (CERTEAU, 2008) O relato é uma forma de descrever a experiência do caminhante *no* e *com* o espaço.

Manoel Ferreira Nobre não é somente um homem de arquivo. É um viajante. A partir da viagem, Manoel Ferreira Nobre narrou sua experiência no interior norte-río-grandense, descrevendo o que viu, o que ouviu, o que degustou, o que tocou. O autor da *Breve Notícia* relatou os diferentes espaços, vilas e cidades, também a partir dos seus sentidos: a visão, a audição, o paladar e o tato, com exceção do olfato. Sua narrativa sobre os espaços é também uma trama destes sentidos, de sua forma de experimentar o mundo exterior a partir da sensibilidade sensorial. Em relação ao relato sobre o que o autor ouviu, já foi discutido anteriormente,



quando foi tratei das questões relativas à tradição. Neste tópico, irei examinei os outros sentidos que aparecem na narrativa de Manoel Ferreira Nobre sobre as vilas e as cidades: a visão, o paladar e o tato. Começo pela visão.

Ao visitar a cidade de Imperatriz, hoje denominada de Martins, Manoel Ferreira Nobre fez a seguinte descrição:

Ao subir e descer a Serra do Martins, depois de passar-se por altas montanhas e precipícios, o viajante observa variadas cenas da natureza. De um lado, vêm-se verdes pastagens, aonde medram suculentos rebanhos de vacas e ovelhas, que fornecem copiosíssimo leite. De outro lado, fixa-se o olhar, e prolongando-se até aos cumes longínquos de outras serras, a vista do viajante se extasia. Os prados confundindo-se com os penedos representam o grande oceano: é uma perfeita ilusão. Não pode escolher-se melhor lugar para se tributarem homenagens ao Criador (1971, p.79).

Como observa-se no trecho acima, Manoel Ferreira Nobre descreve sua experiência contemplativa diante das cenas da natureza. Do cume da serra de Martins, a visão é descrita como arrebatadora. A vista fascina, enleva, ilude: os prados confundindo-se com os penedos assemelhando-se ao oceano, relata o autor. Manoel Ferreira Nobre está diante da natureza e não de um acontecimento histórico. O que o autor-viajante norte-rio-grandense *faz ver* não é o passado ou o presente. Ele não presencia um ocorrido, um evento, mas *faz ver* uma paisagem. Sua visão não põe em evidência o tempo, mas o espaço. Diante da paisagem, Manoel Ferreira Nobre é uma testemunha ocular da invenção do *Criador*. Sua visão é relativa à descrição de um lugar, de uma paisagem da natureza. Manoel Ferreira Nobre diz o que vê, mas também diz o que degusta.

Ao lado da visão, da audição e do tato, o paladar é um dos sentidos convocados por ele, em seu relato de viagem:

No quadro da cidade, não habitação notável, que não consagre um grande espaço de terreno à cultura de flores e frutas. O jardim do hábil e distinto Professor de Latim, Cosme Barbosa Tinôco é suntuoso pelo asseio, pelo gosto, pelas variedades e pelas belezas. As frutas são de um tamanho extraordinário e perfeitamente saborosas; a pinha, porém, que há em abundância, sobressai a tôdas as frutas da cidade de Imperatriz (NOBRE, 1971, p.81).

Em sua narrativa sobre a cidade de Imperatriz, Manoel Ferreira Nobre reserva um tópico sobre a floricultura local, especialmente, o jardim do professor Cosme Barbosa Tinôco, de quem o escritor guardou uma saudosa lembrança: “Se



estas singelas páginas passarem sob os seus olhos, saiba êle que, entre as variadas recordações de simpatia, a lembrança de sua estimável pessoa não é menos cara, nem menos saudosa para o autor.” (1971, p.81) Manoel Ferreira Nobre convoca suas memórias, mais especificamente, a memória afetiva e gustativa. Ao relatar sobre a floricultura da cidade, lembra o amigo que o acolheu em seu jardim de variedade, de beleza e de frutas “perfeitamente saborosas.” A memória não trouxe só a reminiscência da “estimável pessoa”, mas também do sabor das frutas. Há a evidenciação da memória afetiva, do autor para com o amigo Cosme Tinôco, mas não é somente isso. A degustação da pinha e de outros frutos locais, pelo autor, afirma sua experiência com a cidade. O espaço é narrado não só pela visão do cume da Serra do Martins, mas pelo paladar que significa e qualifica o fruto da terra. Seu apetite pelas comidas do interior da província não parou na cidade da Imperatriz.

No relato sobre a cidade do Príncipe, Manoel Ferreira Nobre descreve outra experiência de degustação ao mencionar o principal produto da indústria do município: o queijo de manteiga. O autor da *Breve notícia* vai além da citação de um produto da economia local, ele, simplesmente, o consome. Ao saboreá-lo conclui: “a qualidade deles é muito boa, e o preço acessível a todas as classes.” (NOBRE, 1971, p.73) Apesar de registrar que outras cidades também produziam queijo de manteiga, Manoel Ferreira Nobre qualificou apenas o que é feito na cidade do Príncipe. Enquanto o queijo de manteiga é saboroso, na avaliação da água do município, o autor não é tão condescendente: “Estas águas, que ainda se acham bem examinadas, são salobas (sic), sempre tépidas, e promovem copiosa transpiração nas pessoas que usam delas.” (NOBRE, 1971, p.73) Aí, operam dois sentidos simultaneamente: paladar e tato. Se o paladar identifica a salubridade da água, o tato constata sua temperatura. O corpo do autor é afetado: ele sente a “copiosa transpiração”. Manoel Ferreira Nobre sente a cidade, sua pele experimenta a temperatura da água. Sua sensibilidade é diferente em relação à água da vila de Porta Alegre: “A água de que ora tratamos é de notável pureza e de agradável temperatura.” (NOBRE, 1971, p.119)

O relato do espaço de Manoel Ferreira Nobre é um produto também do seu contato com a água, da verificação de sua temperatura que lhe afeta ou não, que o faz avaliar como tépida ou agradável. Da Imperatriz ao Príncipe, Manoel Ferreira Nobre vê, degusta, tateia, relatando suas diferentes experiências *com e no* espaço.



Costumes, paisagens, curiosidades, gastronomia são aspectos que aparecem de forma mais acentuada nos relatos das vilas e das cidades do interior, justamente nos lugares em que Manoel Ferreira Nobre visitou *in loco*. Mas há também aspectos que são próprios das narrativas das vilas e das cidades próximas à capital.

O contato de Manoel Ferreira Nobre com as vilas e as cidades não é de um observador distanciado, fixo, mas de uma experiência itinerante, inquieta, que o tempo todo pratica estes espaços a partir dos relatos que constrói. Todavia, nem todo relato de Manoel Ferreira Nobre sobre as vilas ou cidades se deu a partir de suas experiências sensoriais nesses espaços. A participação dos moradores das urbes norte-rio-grandenses em eventos históricos, sobretudo, na *Revolução de 1817*, é também uma maneira de relatar as vilas e cidades.

Capítulo 4



A Galeria dos mártires de 1817

A *Revolução de 1817* é o único acontecimento histórico relatado por Manoel Ferreira Nobre que atravessa as narrativas de algumas vilas e cidades da província. Outros acontecimentos são registrados, mas só aparecem de maneira isolada em um relato breve de uma determinada vila ou cidade. Por exemplo, no capítulo dedicado ao município de Assú, Manoel Ferreira Nobre destaca a participação dos cidadãos em quatro acontecimentos: a *Revolução de 1817*, a *Revolta de Pinto Madeira*, a *Revolta dos Cabanos* e a *Guerra do Paraguai*. Não há uma descrição mais analítica sobre esses eventos, apenas são identificados os cidadãos envolvidos. Com exceção da *Revolução de 1817*, nenhum desses acontecimentos históricos é citado em outra parte do livro.

Manoel Ferreira Nobre não destinou um capítulo especial para tratar da participação da província na *Revolução de 1817*. O autor não se ocupou em assinalar a repercussão do movimento na província como um todo, nem em identificar as possíveis razões que levaram o Rio Grande do Norte a aderir a revolta. Nesse sentido, a *Revolução de 1817* aparece dispersa na *Breve Notícia*. O que é relatado é uma lacônica trajetória de alguns personagens de determinadas cidades e vilas que se envolveram no acontecimento. O tópico a eles destinado é intitulado *Galeria dos Mártires de 1817*. Em geral, a estrutura desta seção é a seguinte:

Antônio Ferreira Cavalcanti, Capitão-mor e Comandante Militar da Serra do Martins, onde residia. Prestou distintíssimos serviços à causa da Liberdade. Os tiranos vingaram-se covardemente incluindo o seu respeitável nome da lista dos proscritos.

José de Sá Cavalcanti, Alferes da Cavalaria Miliciania, natural de Pôrto-Alegre e residente na Serra do Martins, aonde exercia o seu posto.

Aderiu fogosamente à causa da liberdade de 1817, e na queda, foi prêso e remetido à Relação da Bahia, que o anistiou em 1821, voltando no mesmo ano à sua terra natal.

Gonçalo Borges de Andrade, ilustre sacerdote, natural da Serra do Martins, aonde exercia as suas sublimes atribuições. Sinceramente abraçou a bandeira da liberdade de 6 de março de 1817, quando proclamada na cidade do Natal pelo Coronel André de Albuquerque Maranhão.

Na queda da liberdade foi atrozmente perseguido pelos tiranos.

Davi Targine Leopoldo Garocho, natural e morador na Serra do Martins. Aderiu com entusiasmo à causa de liberdade, e fielmente serviu em todos os seus movimentos. Na contrarrevolução da capital, frustraram-se todos os seus empenhos.

Foi prêso pelo General Leite, e remetido à Bahia, aonde morreu tísico na Fortaleza do Barbalho. (NOBRE, 1971, p.73)



Como pode-se perceber, o objetivo é tornar memoráveis os norte-riograndenses que participaram da *Revolução de 1817*. O que é evidenciado é o caráter coletivo da luta pela liberdade e não a singularidade dos envolvidos. A seção não trata, em particular, da biografia de cada um dos revolucionários. Embora se especifique os nomes dos participantes na revolução, a narrativa trata do coletivo, por isso, Manoel Ferreira Nobre se utiliza da palavra *Galeria*. O autor constrói um panteão de mártires para evidenciar a centralidade que a *Revolução de 1817* teve na história das vilas e das cidades da província. O acontecimento de 1817 transcende o indivíduo. O objetivo da *Galeria* é integrá-los, dessa forma, a uma coletividade histórica e heroica.

No excerto acima, aparecem dois conceitos centrais na narrativa de Manoel Ferreira Nobre sobre a *Revolução de 1817*: liberdade e tirania. Aventa-se que a partir do uso destes conceitos, o autor se aproxima das considerações feitas pelo monsenhor Francisco Muniz Tavares, em seu livro *História da Revolução de Pernambuco de 1817*, publicado, pela primeira vez, em 1840. A referida obra é um produto do testemunho do monsenhor que participou diretamente do movimento: “Narrarei o que eu vi, e o que pessoas de summa probidade referirão-me; fallo em presença de contemporaneos, estes decidirão.” (TAVARES, 1917, p. 75) Narrar o que viu, fazendo crer que seu relato diz a verdade. A marca de enunciação é evidente: *eu vi*. Tal como o historiador grego, Tucídides, a *autópsia*, ver com seus próprios olhos (HARTOG, 2011, p.80), é a condição da verdade do texto do monsenhor. Muniz Tavares *esteve lá*, seu testemunho é construído com o crivo da verdade, como afirma um dos comentaristas do texto: “O testemunho de um homem honrado, presente aos factos sobre que depõe, contém maior gráude certeza que o de outro que nada viu e se inspirou em tradições vagas e, muitas vezes, sem nexos.” (MACHADO, 1917, p.12)

O valor de Muniz Tavares como testemunha da história é um elemento bastante considerado pela historiografia pernambucana do final do século XIX e início do XX, especialmente aquela vinculada ao Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco (IAGP). A participação de intelectuais da envergadura de Oliveira Lima na revisão e anotações da edição comemorativa ao centenário da revolução, conferiu um caráter de cientificidade ao testemunho de Muniz Tavares, segundo Lucia Maria Paschoal Guimarães. (2006, p.119) As comemorações em torno do centenário da *Revolução de 1817*, organizadas pelo próprio Instituto pernambucano, reforçaram o interesse dos historiadores locais, bem como de outros estados, pela obra do monsenhor. Tudo indica que a *História da*



Revolução de Pernambuco de 1817 se tornou uma leitura obrigatória para quem se propusesse a escrever sobre o referido acontecimento, ao longo do século XIX até o começo do século XX (BARRA, 2009, p.2). É razoável aventar que Manoel Ferreira Nobre conhecesse a obra de Muniz Tavares ou que tenha se apropriado de algumas das representações presentes no texto do monsenhor. Antes de discuti, especificamente, os textos construídos por Manoel Ferreira Nobre sobre a *Revolução de 1817*, gostaria de mencionar, brevemente, as principais versões historiográficas produzidas sobre o referido evento no século XIX, especialmente, as narrativas urdidas por Muniz Tavares, Varnhagen e Pereira da Silva.

Muniz Tavares considerava como origem da revolução a animosidade entre brasileiros e portugueses. De acordo com ele, para os nascidos no Brasil, mais especificamente em Pernambuco e adjacências, o movimento representava a luta pela liberdade, o desejo de autogoverno a ser buscado por meio da separação em relação à monarquia portuguesa e, por conseguinte, a instalação do regime republicano. Para o padre, as constantes tensões entre portugueses e brasileiros/pernambucanos eram explicadas, principalmente, pelo constante descontentamento por partes destes últimos, no que tange aos elevados impostos a serem pagos pelas províncias do Norte, para o sustento da Corte emigrada no Rio de Janeiro. A essa interpretação, reagiram Varnhagen e Pereira da Silva.

No segundo tomo do seu livro *Historia Geral do Brazil*, publicado em 1857, Varnhagen estabeleceu vários contrapontos à obra de Muniz Tavares, citando-o regularmente em seu texto. No capítulo 54, Varnhagen dedicou-se a analisar a questão da *Revolução de 1817*. Logo de início, ele já evidencia sua postura em relação ao movimento: “E’ um assumpto para o nosso animo tão pouco sympathico que se nos fora permittido passar sobre elle um veio, o deixáramos fora do quadro que nos propoemos traçar.” (VARNHAGEN, 1857, p.373) Varnhagen não foi nada entusiasta da *Revolução de 1817*, segundo ele, foi forçado a dedicar-lhe algumas linhas. Para o Visconde de Porto Seguro, a mencionada revolução de 1817, a qual chama às vezes de “insurreição”, é dispensável para a glória da história pátria. (1857, p.375) Desse modo, Varnhagen já estabelece o primeiro contraponto à obra de Muniz Tavares. Conforme o monsenhor, a *revolução de Pernambuco de 1817* estaria para sempre presente nos “anaes do Brasil”, isto é, constaria na memória histórica da nação: “tempo virá talvez, em que o dia seis de Março, no qual ella foi effeituada, será para todos os Brasileiros hum dia de festa nacional.” (TAVARES, 1844, p.1)



Varnhagen faz questão de demonstrar que seu posicionamento é totalmente contrário à adulação que os “anaes pernambucanos”, claramente uma alusão à historiografia adstrita ao relato de Muniz Tavares, faziam com a “proeza dessa revolução.” (1857, p.374) Para Varnhagen, a missão do historiador não era lisonjear, nem adular ninguém, mas sempre dizer a verdade a partir da pesquisa junto aos documentos, embora pudesse custar alguns dissabores: “nunca serão elles tão grandes como seriam os do espirito, capitulando covardemente, contra as próprias convicções.” (1857, p.374)

Os documentos, e não o relato de Muniz Tavares, sob os quais se encontrariam os discursos lisonjeadores, deveriam ser os fundamentos primordiais na exposição verdadeira sobre a revolução de 1817. Varnhagen considera que o documento marcaria, ao lado da imparcialidade, o elemento referencial do historiador em relação ao seu comprometimento com a verdade. Para afiançar sua afirmação, Varnhagen também dialoga com os antigos, mormente Tucídides, citando-o: “antes quero desagradar publicando a verdade, que ser aplaudido faltando a ella”, para demonstrar aos seus leitores que o seu compromisso era com a verdade e com uma postura imparcial, sem paixões, contrário à perspectiva dos “gritadores apaixonados e parciais” que caracterizariam o discurso laudatório da historiografia pernambucana. (1857, p.375)

A partir dos antigos, como Tucídides, mas também dos modernos, como Humboldt, o historiador, para Varnhagen, deveria esquadrihar os fatos do passado, meditando sobre eles, ajuizando-os com boa crítica, construindo um relato verdadeiro, sem temer as desavenças e os desafetos que seu texto poderia suscitar em leitores contrários. Dessa maneira, o historiador estaria comprometido com a exposição dos acontecimentos e, por conseguinte, com a verdade. Nesse sentido, a suposta paixão dos adutores, presente nos anais pernambucanos, comprometeria a integridade do relato sobre a *Revolução de 1817*, uma vez que o texto estaria eivado de sentenças parciais, suscetíveis aos erros de interpretação estritamente subjetivista. Em suma, ao historiador comprometido com a verdade dos fatos deveria submeter a paixão dos adutores ao crivo do seu julgamento.

Alçado como um historiador distante das paixões e do discurso laudatório, Varnhagen destina ao leitor o papel de decidir se realmente havia motivos para uma revolução contra D. João IV. Em outras palavras, o Visconde de Porto Seguro levanta a seguinte questão: diante de um quadro de prosperidade da nação e do novo status que o Brasil obtivera ao sediar a Corte portuguesa em seu território, tornando-se “o centro e a cabeça de um grande império”, haveria razões para



que uma revolução, proclamada em República absolutamente independente à sujeição monárquica instalada no Rio de Janeiro, pudesse emergir em Pernambuco em 1817? A construção da sua questão já sugere ao leitor uma interpretação do acontecimento.

Varnhagen não é tão imparcial quanto quer fazer crer. Para ele, a *Revolução de 1817* deveria ser lida como uma oposição ao “benéfico” D. João VI e contra a integridade do novo reino nos trópicos. Em parte, essa interpretação de Varnhagen se contrapõe à leitura de Muniz Tavares acerca das motivações que levaram à eclosão da revolução de 1817. Afirmamos em parte, em razão de que, pelo menos, ambos concordavam que o movimento foi contrário à monarquia portuguesa, representada por D. João VI. Por outro lado, o texto de Muniz Tavares afirmava que a administração do príncipe português teria sido desastrosa para o Brasil, argumento refutado por Varnhagen, posto a dilapidação de suas finanças devido aos pesados tributos impostos às suas províncias. Além disso, o monsenhor pernambucano asseverava que a *Revolução de 1817*, tinha o respeito e a admiração até dos seus algozes, e que defendia a honra do Brasil e do seu território, “a despeito das reiteradas ordens do tímido *Bragança*.” (TAVARES, 1884, p.126)

Indo na contramão de Muniz Tavares, Varnhagen interpretava a *Revolução de 1817* como um movimento de desonra; não é por acaso que a intitula como “insurreição”, por ser uma revolta provinciana e não brasileira, destituída de qualquer valor patriótico e sem fundamento algum. (1857, p.374) É por essa razão que, para ele, a *Revolução de 1817* não poderia atrair a atenção dos patrícios e nem necessitaria constar na galeria das glórias pátrias, justamente por estar associada ao provincialismo, isto é, aos interesses restritos de uma dada província, e não ao patriotismo, “sentimento tão sublime que faz até desaparecer no homem o egoísmo, levando-o a expor a própria vida pela pátria, ou pelo soberano que personifica o seu lustre com a sua glória.” (VARNHAGEN, 1857, 492) O Visconde Porto Seguro era contrário a qualquer experiência histórica que representasse um caráter dissolvente *nas* e *das* províncias. Desse modo, o provincialismo era lido como uma expressão da desintegração do império/separatismo e da republicanização das províncias que colocariam os seus interesses locais em detrimento do bem comum da nação. Essa percepção diz respeito à própria concepção política do historiador. Varnhagen era monarquista conservador, defensor de um estado forte, unitário, centralizador, antiprovincial, o que explica a sua crítica contumaz a qualquer manifestação do provincialismo e do republicanismo. (WHELING, 1999, p.100) Assim, Varnhagen compreendia que a



Revolução de 1817 seria uma expressão do provincialismo que culminaria, caso não tivesse ocorrido a intervenção da *Providência*, na dissolução da integridade territorial da nação e do estado nacional centralizado. (1857, p.492)

Recorrente na obra de Varnhagen, o *providencialismo* intervinha, sobretudo, quando estavam em questão os valores e princípios caros a ele, como a defesa do que considera os interesses nacionais, como a integridade territorial. (WEHLING, 1999, p.80) De acordo com Temístocles Cezar (2002, p.564), a presença da *Providência* no texto de Varnhagen refletia, ao mesmo tempo, sua crença pessoal e sua forma de interpretação da própria história. Nesse sentido, a *Providência*, alçada à condição de recurso explicativo, teria impedido que a nação fosse transformada em Repúblicas como nas ex-colônias da América Espanhola e, conseqüentemente, sofresse o processo de balcanização. Em suma, Varnhagen se contrapunha à interpretação de Muniz Tavares, de que a *Revolução de 1817* defendia o território nacional.

Fica claro na obra do Monsenhor o interesse em colocar a *Revolução Pernambucana de 1817* como um movimento que expressou os anseios nacionais: “com a revolução indicada conquistou imprescriptível direito á veneração dos amigos sinceros da liberdade.” (TAVARES, 1884, p.2) Muniz Tavares compreendia que era do interesse comum, inclusive de outras províncias, a manifestação contrária à dominação política e econômica da “Corte mendicante”. O anseio geral das províncias era a liberdade, isto é, a emancipação em relação à monarquia portuguesa. Nesse sentido, diferentemente de Varnhagen, a *Revolução de 1817* não poderia ser lida como uma figuração do *provincialismo*, apesar do Monsenhor afirmar a primazia de Pernambuco nesse movimento:

Estes não poderão esquecer jamais que foi essa provincia, quem primeiro deo o signal ao Brasil de ter chegado o momento tanto suspirado de entrar no gozo dos bens immensos, que a cobiça portugueza por espaço de tresseculos extorquia; foi ella, quem apresentou-lhe a grande Carta de emancipação civil, e politica, e mostrou com o exemplo a maneira de possuil-a. Desgraçadamente não foi seguida, succumbio; mas não pereceo o germe plantado, e regado com o sangue dos seus martyres: tem tempo opportuno frutificou e não deixará de crescer com vigor. (TAVARES, 1884, p.2)

Na interpretação de Muniz Tavares, a província de Pernambuco teria evidenciado para o restante do Brasil a cobiça da monarquia portuguesa, a extorsão, desde o início da colonização. A partir da *Revolução de 1817*, Pernambuco teria concretizado, apesar do seu malogro, o anseio geral das



províncias pela liberdade, isto é, a carta de emancipação em relação à metrópole portuguesa. Na percepção de Muniz Tavares, a *Revolução de 1817* não poderia ser considerada apenas como um movimento voltado para os interesses locais, como considerou, mais tarde, Varnhagen. Para o Monsenhor, sua origem esteve atrelada à demanda da província pernambucana frente à Corte, qual seja, a questão da cobrança dos pesados impostos que ameaçaria o progresso local, não se encerrando em Pernambuco, pelo contrário, radiou-se para outras vilas e províncias, tornando-se não só dos pernambucanos, mas dos brasileiros. Muniz Tavares construiria, dessa forma, os alicerces para as interpretações posteriores, sobretudo, da historiografia pernambucana oitocentista, que reproduziriam a ideia do pioneirismo de Pernambuco e da *Revolução de 1817* em certa memória da emancipação nacional.

Apesar das diferenças entre as interpretações de Varnhagen e de Muniz Tavares, ambos convergiam para um ponto comum: a *Revolução de 1817* teve sua origem na rivalidade entre brasileiros/pernambucanos e europeus/portugueses. Para Varnhagen (1857, p.376), as animosidades entre brasileiros e europeus eram antigas, poderiam ser datadas desde a *Guerra dos Mascates*, no século XVIII. Se Muniz Tavares interpretou o conflito a partir de uma tensão de nacionalidades, surgida devido ao orgulho e aos privilégios que os portugueses teriam frente aos brasileiros, inflamada com cobrança exagerada de impostos para sustentar a Coroa no Rio de Janeiro, Varnhagen concebia que a animosidade entre eles teria sido decorrente de disputas em torno de postos militares: “Assim da insubordinação provocada resultará o motim do quartel, que animara o tumulto popular: e triunfante este, a revolução estava consummada, e era necessário dar-lhe bandeira e rumo.” (1857, p.379)

Para Muniz Tavares, a rivalidade entre oficiais brasileiros e portugueses na questão em torno das guarnições militares foi apenas o desfecho, o dispositivo, de uma realidade que já tinha sido desenhada em tempos anteriores. Desse modo, o motim no quartel não explicaria a causa que levou os brasileiros à *Revolução de 1817*. A origem da revolução, portanto, deveria ser buscada no plano mais geral, tanto no cenário econômico, moral e político, e é por isso que Muniz Tavares buscou, no primeiro capítulo do seu livro, descrever o cenário da província de Pernambuco no ano de 1817. Dessa forma, o Monsenhor construiu a leitura de que, antes mesmo da revolução, os pernambucanos já estariam comprometidos com a causa da liberdade, a luta contra a monarquia e, por conseguinte, a



independência do Brasil como um todo. Logo, os pernambucanos premeditaram o acontecimento, pois teriam sido influenciados pelos valores democráticos e republicanos. (TAVARES, 1884, p.11)

Varnhagen discordava da interpretação do Monsenhor. Para o Visconde de Porto Seguro, não existia pensamento premeditado na *Revolução de 1817*, tendo em vista que, no início do movimento, se comprovava o fato de que os revoltosos não teriam se prevenido com armas e nem munições. (1857, p.374) Varnhagen considerava que existiam alguns elementos que teriam fomentado a eclosão da revolução, como a rivalidade entre pernambucanos e europeus, as opiniões ultra-liberais e enciclopedistas de alguns brasileiros, a denúncia dos abusos e roubos cometidos pelo Rio de Janeiro etc., mas não havia uma premeditação da revolução, como acreditava Muniz Tavares.

Até os anos 50 do século XIX, as versões da *Revolução de 17* foram polarizadas, principalmente por Muniz Tavares e Varnhagen. Nos anos 60, Pereira da Silva, sócio do IHGB, inseriu-se no debate a partir da publicação da obra *Historia da fundação do Imperio Brasileiro*, a qual dedicou um capítulo à *Revolução de 1817*. Assim como Visconde de Porto Seguro, Pereira da Silva tentou construir para si o lugar de um historiador imparcial, desviando-se das paixões agitadas, separando o bom do mau, diferenciando o que pertencia às intenções e o que se devia ao acaso, ao curso das circunstâncias, “julgar enfim com justiça severa; é o verdadeiro encargo, e a missão honrosa de que traça fallar a verdade aos presentes e aos posterios.” (1865, p.139) Assim como Varnhagen, Pereira da Silva tentou legitimar seu texto evidenciando o seu não-lugar, isto é, o seu posicionamento imparcial na avaliação do acontecimento. De certa forma, o referido biógrafo e historiador reforçou os argumentos do Visconde de Porto Seguro, adicionando-lhes algumas interpretações próprias sobre a Revolução de 1817, e ao mesmo tempo desconstruiu os principais arrazoados do Monsenhor Francisco Muniz Tavares.

Conforme Pereira da Silva, não era sua intenção exaltar a honra daqueles que fizeram a revolução, como fez Muniz Tavares, tampouco encará-los com ignomínia: “Forão entes ordinarios, mediocres e despreziveis muitos. Loucos outros, e raros os que tinham intelligencia cultivada e valiosos talentos. (...). Mas acharão-se comprometidos tambem caracteres honrados e honestos devem passar desapercibidos.” (1865, p.138) Diferentemente de Muniz Tavares e de Varnhagen, Pereira da Silva compreendia que a *Revolução de 1817* não tinha causas específicas e determinantes, mas apenas foi fruto do acaso: “Um crime incitou a ordem, e o susto produzido entregou-lhes e abandonou-lhes uma cidade



inteira, um povo attonito, uma capitania com todas as suas forças e recursos.” (SILVA, 1865, 138-139) A partir do argumento do acaso da revolução, o autor desconstruiu sistematicamente os arrazoados da historiografia pernambucana, assentada no relato de Muniz Tavares.

Primeiro, para Pereira da Silva, as ideias ilustradas que teriam influenciado a Europa, tais como: os movimentos emancipacionistas da América Espanhola e da Independência dos Estados Unidos da América, não estariam presentes entre os revolucionários de 1817: “No decurso porém do anno de 1817 não devião assustar ainda estas tendencias confusas de alguns poucos espiritos que se não escoravão nas opiniões unisonas, e nem em grande cópia da população.” (1865, p.147) Assim como Varnhagen, Pereira da Silva considerava que as concepções filosóficas e políticas do pensamento ilustrado teria influenciado alguns poucos participantes da revolução, não atingindo, porém, o restante da população da província Pernambucana, como de certa forma, defendia o monsenhor Francisco Muniz Tavares.

Diferentemente da interpretação do sacerdote, Pereira da Silva considerava que a *Revolução de 1817* não tinha sido motivada pela política fiscal da Corte, ao cobrar pesados impostos para as províncias do Norte, a qual teria comprometido o progresso, sobretudo, de Pernambuco: “Não repousava o mal tambem na situação lastimosa da situação das finanças publicas, porque era quase ignorada, não se permittindo por fórma alguma a sua publicidade.” (1865, p.146-147) Nesse sentido, o argumento utilizado pelo Monsenhor de que havia um descontentamento geral das províncias em relação ao fisco da Corte, foi colocado sob suspeição por Pereira da Silva, tanto pela sua afirmação de que não havia dificuldades econômicas por parte das províncias à época e pela asserção de que Pernambuco, no momento da revolução, teria ficado desde o princípio isolada e não teria encontrado apoio das demais capitanias, “por lhe faltar a base intellectual e moral” para ratificar o movimento. Todavia, o que explicaria a participação de capitanias como Bahia, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte na revolução de 1817?

Consoante à interpretação de Pereira da Silva, o movimento se espalhou para outras capitanias, porque os líderes do movimento em Pernambuco, “escolhêrão varios sujeitos, que ao verdor dos annos e a imprevidencias da idade ajuntavão enthusiasmos e arroubos revolucionarios, e aspiravão ás honras de deixar nomes gloriosos na historia.” (1865, p.168) Assim, não foram os valores da revolução, como a emancipação em relação à monarquia portuguesa instalada



no Rio de Janeiro, como defendia Muniz Tavares, e nem a subserviência a Pernambuco, como afirmava Varnhagen, que contagiaram as outras capitanias, mas os interesses individuais dos participantes de cada uma delas.

Pereira da Silva, em parte, concordava com Varnhagen: a origem da revolução deveria ser explicada a partir do conflito entre brasileiros e portugueses. Segundo ele, a tensão entre estes deu-se pelo ciúme dos militares brasileiros em relação aos portugueses. Pereira da Silva explica que o conflito emergiu no contexto da guerra do rio do Prata, para a qual tinham sido transferidos para o Sul da América, as tropas de linha, compostas, majoritariamente, pelos portugueses, levando-os a ocuparem os postos superiores do oficialato militar, enquanto, a maioria dos brasileiros ocupariam o serviço dos corpos milicianos, sendo subordinados aos lusitanos, que ficavam à frente das milícias: “Originou-se ciúme, criáram-se zelos entre os militares portugueses e brasileiros, particularmente na capitania de Pernambuco. Dispunhão aqueles de mais protecções, e nas suas desavenças e rixas decidião os superiores contra os segundos.” (1865, p.147-148) Para Pereira da Silva, a origem da revolução deveria ser encontrada nas tropas de guarnição de Pernambuco, o que construiu a leitura de que a verdadeira base do movimento teria sido essencialmente militar. É por essa razão que, conforme Pereira da Silva, havia mais preponderância de personagens militares que padres.

Distintamente de Muniz Tavares, para Varnhagen e Pereira da Silva, o povo brasileiro, como um todo, não simpatizou com a *Revolução de 1817*. Desse modo, o movimento não poderia ser nacional e sim regional, provincial. Varnhagen e Pereira da Silva combateram a interpretação do caráter nacional ou patriótica do acontecimento. Para ambos, a *Revolução de 1817* era, na verdade, provincial e não patriótica. Essa não foi a leitura que Manoel Ferreira Nobre teve da *Revolução de 1817*. O autor norte-rio-grandense renunciou às interpretações de Varnhagen e Pereira da Silva, apropriando-se da leitura de Muniz Tavares.

Semelhantemente à concepção do monsenhor pernambucano, Manoel Ferreira Nobre compreendia que a liberdade era a causa central *Revolução de 1817*. A atuação dos participantes é lida por ele como uma prestação de serviços à liberdade. O residente da Serra de Martins, José de Sá Cavalcanti, por exemplo, é descrito como um personagem que “aderiu fogosamente à causa da liberdade de 1817.” Aqui, Manoel Ferreira Nobre utiliza a metonímia como recurso retórico, tomando como sinônimo o acontecimento e a causa, o continente pelo conteúdo. (MEYER, 2007) Logo, em sua escrita, onde se lê a *causa da liberdade de 1817*, leia-



se a *Revolução de 1817*. Manoel Ferreira Nobre não explica o conteúdo dessa liberdade, diferentemente de Muniz Tavares que a compreende como uma ideia atrelada ao desejo do autogoverno a ser alcançado, com a emancipação em relação à monarquia portuguesa e, conseqüentemente, à instituição de um governo republicano.

Consoante a Muniz Tavares, a experiência emancipatória dos Estados Unidos e, por conseguinte, a escolha do regime republicano, indicava aos brasileiros/pernambucanos a preferência pelo governo adotado pelos americanos: “os Pernambucanos que anhelavam o melhoramento da Pátria, o admittião unânimes.” (1917, p.85) Muniz Tavares identificava os participantes da *Revolução de 1817*, ora, como brasileiros, ora como pernambucanos. Em todo caso, eles estariam a serviço da pátria em defesa de sua soberania e da república. Essa menção aos adjetivos pátrios, às vezes tomados como sinônimos, relaciona-se com a politização das identidades regionais, já presentes nas últimas décadas do século XVIII, e com os discursos em torno da ideia de *Pátria* que parecem ter adquirido um estatuto, com a emergência de uma identidade política, a partir de 1817, em Pernambuco (BERBEL, 2003).

De acordo com Márcia Berbel (2003, p.348), o uso do termo *Pátria* associada à República e de patriota como referente de uma nova identidade política “parecem ser particularidades pernambucanas nesse início do século XIX.” Nesse contexto, os termos, *pátria* e *Pátria*, minúscula e maiúscula, não significariam a mesma coisa e não estariam, necessariamente, associadas à ideia de nação – quase absolutamente ausente no vocabulário político dos discursos da *Revolução de 1817*. (JANCSÓ; PIMENTA, 1999) Em linhas gerais, a *Pátria* referia-se à nação, “pois propunha uma imaginação coletiva da soberania” (BERBEL, 2003, p.355), enquanto, a *pátria* estava associada à dimensão mais regional, ao local de nascimento, a província de origem. (JANCSÓ; PIMENTA, 1999) Muniz Tavares é herdeiro dessa nova identidade regional que se desenhava com a *Revolução de 1817*. Nesse sentido, quando o autor afirma que com o movimento de 1817, os pernambucanos se esforçaram em melhorar a *Pátria*, Muniz Tavares estaria indicando que seus compatriotas estavam defendendo a soberania da nação, entendida como um conjunto de proposições de liberdade contra o despotismo, a partir de sua *pátria* particular. Assim como Muniz Tavares, Manoel Ferreira Nobre compreendia que os norte-rio-grandenses estavam lutando a favor da liberdade contra a tirania, a partir de sua *pátria* particular:



Rompendo o dia 6 de março de 1817, e como êle aparecendo a causa da liberdade, o Vigário Cordeiro tanto por ela se devotou, que, sabendo em sua freguesia haver-se declarado na capital a revolução, imediatamente ajoelhou, ergueu as mãos e os olhos para o céu, rendeu graças ao Criador, porque via antes de morrer sua pátria livre.

Malogrados, porém, os seus esforços, por seu consumado patriotismo, foi prêso com chefe da localidade, e como tal remetido à capital, e dali seguiu para os cárceres da Bahia, onde gemeu até a geral anistia das Côrtes de Lisboa em 1821. (NOBRE, 1971, p.123)

O excerto acima foi extraído da seção *Galeria dos ilustres rio-grandenses do norte de 1817*, do capítulo X, dedicado à vila de Porta Alegre. Ao se referir acerca da participação do vigário Cordeiro no movimento, Manoel Ferreira Nobre comenta que o sacerdote se ajoelha, agradecendo ao Criador por ver sua pátria livre. Aqui a noção de *pátria* está associada ao local de nascimento do sacerdote: o Rio Grande [do Norte], mais especificamente a vila de Porto Alegre. O termo freguesia citado no excerto acima, não diz respeito ao estatuto da divisão administrativa, um povoamento inferior à categoria de vila, mas ao local em que o sacerdote nascera. A *freguesia* está associada à noção de capitania, no caso, o Rio Grande [do Norte]. É a partir dessa *pátria* que se luta pela *Pátria*. O conceito de patriotismo, utilizado pelo autor para qualificar a ação do vigário de Porta Alegre na *Revolução de 1817*, reforça a argumentação que acabei de sustentar.

O *patriotismo* do vigário Cordeiro é tratado como a causa dos seus esforços em prol da liberdade da *pátria*, face à tirania. Se os norte-rio-grandenses defensores da *Revolução de 1817* são descritos, por Manoel Ferreira Nobre, como servos da liberdade, e, por vezes, mártires, os opositores são tidos como tiranos. Na obra do monsenhor fica claro quem são os tiranos: os portugueses, “estes, naturalmente orgulhosos, escudados com a força material, reputavam-se únicos senhores do Paiz, que os acolhia, e elevava.” (TAVARES, 1884, p.9)

Como já foi mencionado anteriormente, conforme Muniz Tavares, a origem da Revolução é proveniente da animosidade entre portugueses e brasileiros/ pernambucanos, estes cada vez mais descontentes com as medidas econômicas adotadas pela “Corte medicante”, mais especificamente, com os pesados tributos cobrados às regiões mais distantes do reino.

Diferentemente de Muniz Tavares, Manoel Ferreira Nobre não identifica quem são os tiranos. Esses não possuem nomes, nem origem geográfica. Na obra de Muniz Tavares o conflito é nítido: de um lado portugueses contra brasileiros. Já na *Breve Notícia*, a dimensão do conflito até aparece, mártires contra tiranos, no entanto, a distinção entre brasileiros e portugueses é totalmente silenciada.



A identificação só pertence aos revolucionários. São esses que lutam pela liberdade e são nomeados, ao contrário dos contrarrevolucionários que ficam no anonimato. A não identificação dos *tiranos* é corolário da imprecisão que o termo *tiranía* assume na narrativa de Manoel Ferreira Nobre.

Embora se apropriasse do relato de Muniz Tavares sobre a *Revolução de 1817*, a leitura de Manoel Ferreira Nobre possuía algumas diferenças. Primeiro, o autor norte-rio-grandense nunca menciona a *Revolução de 1817* como sendo pernambucana. Não há centralidade em Pernambuco, como na narrativa de Muniz Tavares. A nomeação do acontecimento sempre se limita a sua causa (a liberdade) ou a sua temporalidade, 1817. A revolução diz respeito ao Rio Grande do Norte, sua província.

Segundo, diferentemente do texto de Muniz Tavares, Manoel Ferreira Nobre não associou a *Revolução de 1817* à República e nem à emancipação da nação em relação à monarquia portuguesa. Em nenhum momento Manoel Ferreira Nobre utiliza o conceito de República para indicar a luta pela soberania nacional. Tal conceito é totalmente silenciado em seu texto. Possivelmente, o que explica essa interdição ao conceito de República é a própria vinculação do autor com a concepção monarquista de governo e sua aproximação política com os quadros da burocracia provincial e os partidos de orientação monárquica. Provavelmente, atrelar a *Revolução de 1817* ao regime republicano não fosse politicamente conveniente a um burocrata provincial, como Manoel Ferreira Nobre.

Se a *Galeria dos mártires* expressava mais uma narrativa coletiva dos participantes da *Revolução de 1817*, a seção *Traços biográficos* servia para evidenciar a particularidade de cada biografado. Enquanto a *Galeria* ressalta a relevância da coletividade dos mártires, a seção *Traços biográficos* realça a dimensão singular do indivíduo frente ao acontecimento histórico, perspectiva esta, presente em vários biógrafos do século XIX. (LORIGA, 2011, p.14)

Capítulo 5



Traços biográficos dos distintos rio-grandenses do Norte³

Ao longo dos capítulos da *Breve Notícia*, Manoel Ferreira Nobre escreveu sucintamente uma espécie de “notícias biográficas” de cinco personagens norte-rio-grandenses: André de Albuquerque Maranhão, Afonso de Albuquerque Maranhão, conhecido por Maranhão I, Antônio de Albuquerque Maranhão, Manoel Joaquim Ferreira e Felipe Camarão. Distintamente da *Galeria dos mártires*, em que os personagens dizem respeito somente aos partícipes da *Revolução de 1817*, os biografados estiveram envolvidos em outras experiências históricas, muito embora a maioria estivesse também atrelada ao movimento de 1817.

O autor destinou apenas uma ou duas páginas à seção *Traços biográficos* – a menor, a biografia de Manoel Joaquim Ferreira, é relatada em três parágrafos. Em relação ao número de páginas, Manoel Ferreira Nobre se aproxima da estrutura das pequenas notícias biográficas, produzidas pelos seus contemporâneos historiadores do IHGB, que não ultrapassavam mais de duas ou três laudas. (CEZAR, 2003)

A seção *Traços biográficos* não foi organizada cronologicamente, mas geograficamente. Os biografados aparecem nos capítulos destinados a algumas vilas e cidades, pondo em relevo os locais de nascimento. Cito aqui uma passagem da narrativa do capítulo XXVIII, em que o autor destacava que a vila de Ceará-Mirim “é a pátria do bravo Antônio Felipe Camarão.” (NOBRE, 1971, p.189) A ideia de *pátria* aqui é a mesma que foi esboçado no capítulo anterior, ou seja, o local em que o biografado nasceu. Afirmar o Rio Grande do Norte como a *pátria* de Felipe Camarão tinha uma conotação intelectual importante no século XIX. O local de nascimento do índio *Poty* foi objeto de controvérsia entre os letrados brasileiros nos oitocentos. Até os anos sessenta do século XIX, praticamente a querela restringia-se a dois possíveis lugares de nascimento: as províncias do Ceará e de Pernambuco. A biografia de Felipe Camarão, escrita por Varnhagen, publicada pela revista do IHGB em 1867, e o prefácio escrito por Cândido Mendes de Almeida, no segundo tomo do livro *Memórias para a história do extinto estado*

3 Uma versão desse capítulo foi publicada na Revista Brasileira de História & Ciências Sociais em 2018, sob o título de *Narrativas biográficas na obra Breve Notícia sobre a província do Rio Grande do Norte de Manoel Ferreira Nobre*. Acesso: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10761>



do Maranhão cujo território compreende hoje as províncias do Maranhão, Piauí, Grão-Pará e Amazonas, publicado em 1874, foram fundamentais para a construção da tese de que o Rio Grande do Norte era a *pátria* de Felipe Camarão.

Apesar de Varnhagen ter sido o primeiro a defender a tese da naturalidade norte-rio-grandense de Felipe Camarão, foi o texto de Cândido de Mendes de Almeida que especificou o lugar de nascimento do índio: a vila de Ceará-Mirim, no Rio Grande do Norte. (1874, p.15-18) Manoel Ferreira Nobre retirou a informação do texto de Cândido Mendes, a qual citava em outras passagens do seu livro, para fixar a naturalidade de Felipe Camarão como norte-rio-grandense, reivindicando uma identidade a todo instante questionada – pelo menos entre o final do século XIX e o início do XX.

A alusão ao lugar de origem é central para Manoel Ferreira Nobre. A narrativa de vida do indivíduo é sua condição de sua existência. O biografado passa a ser evidente a partir de sua *pátria*. Nesse sentido, o autor se preocupa mais em definir o *onde* do que o *quando* o biografado nasceu. Isso fica bem claro no início dos *Traços biográficos* de Antônio Felipe Camarão: “Nasceu no princípio do século XVII, no sítio Ceará uma légua distante da Vila do Ceará-Mirim.” (1971, p.194) A menção se repete no capítulo XX, referente à vila de Canguaretama, a *pátria* de André de Albuquerque de Maranhão. Há nesse relato uma assimetria entre o tempo e o espaço. A origem *espacial* é mais importante que a *temporal*. Enquanto o tempo é impreciso, pois só se é identificado que Felipe Camarão nasceu no princípio do século XVII, o espaço é descrito detalhadamente, uma vez que há uma precisão da distância do sítio em que o índio nasceu e a vila de Ceará-Mirim. A cronologia de vida do biografado parece importar menos ao autor, ela assume um caráter secundário, muitas vezes imprecisa, tal como na obra *Vidas paralelas*, de Plutarco. (DOSSE, 2009)

Em *Traços biográficos*, Manoel Ferreira Nobre constrói um panteão de “distintos rio-grandenses do Norte”. Todos eles pertencentes ao período colonial. Manoel Ferreira Nobre não destacou nenhum *distinto* que tenha participado de algum acontecimento durante o Império. Ou seja, nenhum norte-rio-grandense contemporâneo ao autor, esteve presente em seu panteão de conterrâneos ilustres.

O recorte cronológico escolhido por Manoel Ferreira Nobre é semelhante à formulação temporal postulada pelo IHGB, no espaço reservado às notícias biográficas de sua revista, inicialmente intitulada *Brasileiros ilustres pelas ciências, letras, armas e virtudes etc.*



Entre a primeira publicação em 1839 até os anos cinquenta do século XIX, a seção sofreu várias modificações em seu título. Em 1850, passou a intitular-se *Biografias de brasileiros distintos ou de indivíduos ilustres que serviram no Brasil etc.*”; em 1851, veio a ser intitulada *Biografias de brasileiros distintos ou de indivíduos ilustres que bem servissem ao Brasil etc.*”; um ano depois, *Biografias de brasileiros distintos ou de indivíduos ilustres que serviram no Brasil e ao Brasil, etc*” e depois, *Biografias de brasileiros distintos ou de pessoas eminentes que serviram no Brasil ou ao Brasil*; por fim, em 1856, o título voltou a sua grafia inicial. De acordo com Armelle Enders, as modificações ocorridas no título da seção têm a ver com a questão da nacionalidade dos eleitos da posteridade, isto é, “tais distinções serviam para contornar o problema de saber quem era brasileiro e quem não o era – evidentemente insolúvel no caso do período colonial.” (2014, p.181)

As biografias publicadas nessa seção constituíam uma galeria nacional com raízes no período anterior a 1822, o que possibilitou “a criação de uma linhagem de varões ilustres desde os tempos coloniais.” (OLIVEIRA, 2011, p.101) Não se sabe ao certo se Manoel Ferreira Nobre foi um leitor das revistas do IHGB ou que tenha escolhido seu recorte temporal a partir das definições dos sócios da agremiação. Dialogando diretamente ou não, é mister afirmar que o autor estabelece uma delimitação cronológica anterior a 1822, semelhante ao IHGB.

Além de pertencerem ao mesmo recorte temporal, os personagens da seção *Traços biográficos* tinham outro ponto em comum com a produção biográfica do IHGB oitocentista: foram laureados pelos seus serviços militares. Os “distintos norte-rio-grandenses” são virtuosos pelas armas e não pelas letras. Nesse ponto, Manoel Ferreira Nobre se distancia do critério de distinção dos personagens biografados pelo IHGB.

Logo na primeira edição da revista do IHGB, a seção reservada à biografia já traz, em seu frontispício, o elemento da distinção dos biografados: *Brazileiros ilustres pelas ciências, letras, armas e virtudes*. Conforme Maria da Glória de Oliveira, a tópica *armas e letras* já era dominante na retórica dos letrados quinhentistas lusitanos (2011, p.104). Na esfera individual, essa fórmula remete à articulação entre duas funções: a ação e a palavra, as quais, diante do expansionismo imperial lusitano no quinhentos, funcionavam como um “argumento crucial na narrativa histórica da conquista pelos portugueses dos territórios ‘bárbaros’, desprovidos dos valores da civilização.” (OLIVEIRA, 2011, p.104-105) A tópica dizia respeito ao perfil que compusera o panteão dos ilustres brasileiros, constituído predominantemente por personagens advindos da elite política e letrada do



Império. (OLIVEIRA, 2011, p.107) Para Armelle Enders, mais que uma galeria nacional, os biógrafos do IHGB construíram uma galeria de espelhos, “eles vêm mirar-se nela e inscrever sua ação nessa genealogia fictícia. Boa parte deles se confunde com os sócios do IHGB. ”(2000, p.59) Assim como os seus biografados, os biógrafos eram “servidores e signatários do Império, a maioria com formação em Coimbra, nos cursos de preparação para a carreira jurídica ou das armas.” (OLIVEIRA, 2011, p.107)

O perfil dos *distintos rio-grandenses do Norte* de Manoel Ferreira Nobre era relativamente diferente dos biografados pelos sócios do IHGB. Nenhum possuía uma formação jurídica em Coimbra. Nenhum desempenhou alguma atividade que caracterizasse uma trajetória intelectual, muito embora, o autor tenha destacado que o índio catequizado, Felipe Camarão, tenha sido “tão notável pela sua ilustração.” (NOBRE, 1971, p.195) Em geral, os biografados pertenciam aos setores vinculados à elite política e econômica da capitania. Advinham da principal atividade econômica do Rio Grande do Norte no período colonial: o açúcar. Estavam ligados ao senhorio da terra, eram donos de engenhos, como André de Albuquerque Maranhão e Maranhão I, em uma das regiões mais produtivas dos tempos coloniais: o *Cunhaú*. Havia também um sacerdote, Antônio de Albuquerque Maranhão, um indígena, Felipe Camarão e um morador da vila de Canguaretama, Manuel Joaquim de Almeida, que o autor não especificou sua origem social.

Dos cinco biografados, três faziam parte da família Albuquerque Maranhão que, sobretudo, na segunda metade do século XIX, gozava de certo prestígio econômico e político na província, advindo, em grande medida, do enriquecimento da atividade açucareira e da cotonicultura. O único biografado que não possui relação com a família Albuquerque Maranhão é o índio Felipe Camarão. Manoel Joaquim de Almeida, outro biografado, embora não pertencesse à família, é descrito como amigo íntimo dos Albuquerque Maranhão. Só aparece na seção *Traços biográficos* em função da sua relação com o referido grupo familiar, seja como amigo, seja como “mansa ovelha em todos os serviços à causa da liberdade.” (NOBRE, 1971, p.170) A ideia de ovelha aparece aqui para ressaltar a aproximação entre Manoel Joaquim de Almeida e o padre Antônio de Albuquerque Maranhão, a quem acompanhou no desenrolar da *Revolução de 1817* no Rio Grande do Norte.

Não é simples coincidência a presença majoritária dos ancestrais da família Albuquerque Maranhão no rol dos *distintos rio-grandenses do Norte*. Manoel Ferreira Nobre elege os ditos distintos do passado para evidenciar a continuidade



dos Albuquerque Maranhão *no* e *do* presente. Se no passado os ancestrais lutaram pela liberdade da *pátria* (Rio Grande do Norte), os Albuquerque Maranhão do presente estariam garantindo o progresso da província no presente. No relato da implantação da fábrica de tecidos de algodão em Natal, considerado pelo autor como um dos sinais do progresso na província, Manoel Ferreira Nobre destaca a ação de Amaro Barreto de Albuquerque Maranhão nesse empreendimento, como já foi analisado no capítulo *Abreviadas notícias*. Em síntese, Manoel Ferreira Nobre prestigia um grupo político e econômico em plena ascensão na província, reservando aos seus ancestrais um lugar de destaque no passado.

Embora nem todos os biografados de Manoel Ferreira Nobre pertencessem ao grupo familiar dos Albuquerque Maranhão, todos são reconhecidos por terem participado em um dado acontecimento histórico de natureza militar. Na maioria dos casos, o enredo biográfico de Manoel Ferreira Nobre é formado por três elementos: o local de nascimento do biografado, suas virtudes e seu envolvimento em algum evento histórico. Em relação aos dois primeiros elementos já discuti anteriormente, doravante, passarei para o último.

Os biografados de Manoel Ferreira Nobre são narrados a partir dos acontecimentos que participam. O indivíduo e a história se articulam. Isso tem a ver com a própria concepção de história disseminada no século XIX, ao qual os historiadores salvaguardavam a dimensão individual da história (LORIGA, 2011). No oitocentos, a individualidade revestia-se de um valor especial para se pensar a própria construção das identidades nacionais. Nesse período, não foram poucos os historiadores que destacavam a força/gênio do indivíduo no movimento dos acontecimentos históricos (LORIGA, 2011). Essa relação entre o indivíduo e a história, tão cara a historiografia oitocentista, aparece no livro de Manoel Ferreira Nobre. O acontecimento não transcende o indivíduo, como no caso da *Galeria dos Mártires*. O indivíduo está atrelado ao acontecimento, como se esse fosse a condição de sua própria presença na memória da província. Todavia, diferente dos personagens da *Galeria*, outros elementos aparecem nos relatos dos biografados que vão além da mera descrição da sua participação em um dado evento. Como foi mencionado anteriormente, ressalta-se também nos *Traços biográficos*, o local de nascimento e as virtudes dos biografados, muito embora, o núcleo central da narrativa seja o envolvimento do indivíduo no acontecimento histórico.



A maioria dos “distintos” esteve envolvida na *Revolução de 1817*. Outros, como Felipe Camarão e Maranhão I, fizeram parte de outras experiências históricas, como: o episódio da luta contra holandeses e a querela de 1710, em Pernambuco, respectivamente. Nesse sentido, a participação em uma determinada luta, define a principal virtude do biografado, como podemos perceber na seção referente a Maranhão I:

Afonso de Albuquerque Maranhão, conhecido por Maranhão I, distinto rio-grandense do Norte de 1710.

Era morador e senhor do Morgado Cunhaú, Capitão-mor e Governador da província, quando rompeu as *querelas* de Pernambuco entre os *maskates* e a *nobreza*.

Em 18 de junho de 1711, recebeu um reservado do govêrno de Pernambuco, participando o estado de coisas da terra, e solicitando contingentes para o triunfo da causa legal.

Vinte e quatro horas depois do recebimento do aviso, o Governador Maranhão I seguia para a província de Pernambuco com 800 homens, muita munição e grande quantidade de gêneros alimentícios.

Obtido o triunfo da causa legal de Pernambuco, voltou Maranhão I ao Engenho Cunhaú, onde morreu, sempre no exercício de seu pôsto, deixando a fama de cidadão exemplar e de pai de família cheio de virtudes (NOBRE, 1971, p.165-166).

Diferentemente de todos os outros biografados, Afonso de Albuquerque Maranhão foi o único dos *distintos rio-grandenses do Norte* a participar das “querelas” que extrapolavam os interesses de sua capitania de nascimento. As “querelas” de Pernambuco, as quais Manoel Ferreira Nobre se referia em seu relato, iniciou-se em 1710, com a sedição da nobreza, senhores de engenho de Pernambuco, instalados majoritariamente em Olinda, contra o governador da capitania Castro e Caldas que mantinha uma aproximação política com os adversários políticos dos nobres, isto é, os oficiais reinóis ou *mazombos* simpatizantes da causa dos *maskates* – comerciantes portugueses localizados, predominantemente, em Recife (MELLO, 2003). Consoante Evaldo Cabral de Mello, no bojo dessas querelas estariam os antagonismos entre o mercado reinol e o produtor brasileiro, confrontação que assumiu principalmente a forma de uma disputa municipal, de natureza jurídico-institucional, entre o Recife florescente, que aspirava à emancipação, e a Olinda decadente, que buscava mantê-lo numa sujeição. Desde fins de fevereiro, a nobreza da terra maquinava a deposição do governador, “de acordo com a velha idéia de que a Câmara de Olinda tinha o direito de desfazer-se de um governador arbitrário.” (MELLO, 2003, p.281-282)

Além de ser considerado tirano, Castro e Caldas era tido como inimigo da nobreza e dos padres, grupos esses que se alinharam em torno de um interesse



comum, levando a cabo a deposição do governador. O que estava em jogo não era apenas a destituição do governo de Castro e Caldas, mas, sobretudo, a disputa pelo poder local entre o credor urbano, o mascate, a qual possuía parcerias com o governador, e o devedor rural, o senhor de engenho de Olinda, que vivia uma situação de decadência econômica, desde a expulsão batava (MELLO, 2003).

Para depor Castro e Caldas, a “fronda dos mazombos” contou com o auxílio de outros senhores de engenho situados nas capitanias próximas a Pernambuco, como o Rio Grande [do Norte]. Afonso de Albuquerque de Maranhão, um dos biografados de Manoel Ferreira Nobre, foi um dos senhores de engenho fora de Pernambuco que aderiu ao levante da nobreza pernambucana contra Castro e Caldas e os *mascates*.

De acordo com Manoel Ferreira Nobre, ao ser convocado pelo bispo D. Manuel – governador legitimado pela *açucarocracia* de Olinda, que assumiu o controle político capitania de Pernambuco, logo após a saída de Castro e Caldas – Maranhão I atendeu, prontamente, o pedido. Manoel Ferreira Nobre não elucida as motivações que levaram ao governador da capitania do Rio Grande [do Norte] a enviar 800 homens para lutar em favor do que ele chamou de “causa legal”. Segundo Evaldo Cabral de Mello, o que levou a adesão de Afonso de Albuquerque Maranhão ao levante contra Castro e Caldas e os *mascates* do Recife, foram os laços de parentesco que o capitão-mor e governador da capitania do Rio Grande [do Norte] tinha com senhores de engenho envolvidos na sedição. (2003, p.349-350)

No excerto supracitado, Manoel Ferreira Nobre define com nitidez a posição que Afonso de Albuquerque Maranhão assumiu na chamada “querela”. Seu biografado é um nobre. Maranhão I é descrito como um “distinto” que lutou a favor da “causa legal”, provavelmente uma alusão à legitimidade dos interesses políticos e econômicos da aristocracia açucareira pernambucana frente aos *mascates* reinóis. Essa questão indica o sentido que o conceito de “distinto” assume na construção dos perfis sociais dos biografados de Manoel Ferreira Nobre. Os *distintos rio-grandenses do Norte* dizem respeito, majoritariamente, aos personagens inseridos na elite política e econômica do Rio Grande do Norte, demonstrando a visão aristocrática do autor.

Outro aspecto que chama atenção nos traços biográficos de Afonso de Albuquerque Maranhão é a construção de um discurso laudatório sobre a vida do biografado. Afonso de Albuquerque Maranhão é descrito como um cidadão exemplar e um pai cheio de virtudes. À maneira dos antigos, o autor



torna seu biografado um exemplo a ser imitado pelos homens do presente. É por essa razão que Manoel Ferreira Nobre define o lugar dos biografados nos acontecimentos históricos, tornando conhecidos seus atos do passado no presente. Nesse sentido, o autor se apropriou da concepção ciceroniana da história: a *historia magistra vitae*.

O historiador norte-rio-grandense não foi o único que escreveu biografias orientadas à luz do referido *regime de historicidade* – conceito, urdido pelo historiador francês François Hartog que se refere a uma dada ordem do tempo, de como a sociedade trata seu passado e de como trata do seu passado, em outras palavras, como uma comunidade humana se relaciona com o tempo, como o experimenta, “aqui e lá, hoje e ontem. Maneiras de ser no tempo.” (2013, p.29)

A concepção *historia magistra vitae* orientou, ao longo do século XIX, a produção biográfica dos sócios do IHGB e os demais planos historiográficos da agremiação, como também de parte considerável da elite intelectual brasileira do oitocentos (CEZAR, 2003). Na concepção ciceroniana, a história é um cadinho em que contém várias experiências alheias, das quais se pode apropriar com intuito pedagógico. (KOSELLECK, 2006) Assim, a história serve como uma coleção de exemplos que, a partir deles, se pode aprender: “nas palavras dos antigos, a história deixa-nos livres para repetir sucessos do passado, em vez de incorrer, no presente, nos erros antigos.” (KOSELLECK, 2006, p.42-43) Por meio dos exemplos do passado, a história pode ensinar aos homens do presente. Imbuído dessa concepção de história, a seção *Traços biográficos* evidencia ações dos biografados no tempo pretérito, tornando memorável os seus nomes e apresentando-os como exemplos para os seus leitores. Ao mencionar que Afonso de Albuquerque Maranhão era um cidadão exemplar, Manoel Ferreira Nobre quer produzir em seus leitores a imitação. É por essa razão que qualifica seu biografado não só como um cidadão exemplar, mas também como um pai cheio de virtudes.

Manoel Ferreira Nobre se atém somente às virtudes dos biografados. Os possíveis insucessos, incoerências e vícios são adjetivações interditas nas narrativas biográficas do autor. Nesse quesito, Manoel Ferreira Nobre se contrapõe ao modelo *plutarquiano* de biografia, tendo em vista que no método comparativo do biógrafo romano as virtudes e vícios dos biografados são postas para melhor analisar as diferenças e aguçar as faculdades de discernimento (DOSSE, 2009). Diferentemente de Manoel Ferreira Nobre, os biógrafos do IHGB, orientados pelas concepções biográficas de Plutarco, não se limitaram somente



em destacar as virtudes, mas apresentar também os vícios de seus objetos de estudo (ENDERS, 2014). A virtude e não os vícios caracterizam as narrativas de vida dos biografados de Manoel Ferreira Nobre.

Se Afonso de Albuquerque Maranhão era um cidadão exemplar e um pai virtuoso, André de Albuquerque Maranhão possuía outras qualidades:

André de Albuquerque Maranhão, distinto rio-grandense do Norte de 1817, nasceu no Engenho Cunhaú, da ilustre família dos Albuquerque Maranhão, a quem a monarquia portuguesa e a província de Pernambuco devem mais a justa gratidão.

Era o herdeiro opulentíssimo do Morgado Cunhaú, e por seus distintos serviços foi condecorado com o hábito de Cristo e a patente de Coronel de Milícias a cavalo.

Era bom amigo, bom cidadão e ótimo filho.

Além destas excelentes qualidades, tinha grande vantagem – de ter popularidade não só na sua província, senão também nas de Pernambuco e Paraíba.

Pela causa da liberdade, pronunciou-se de uma maneira nobre, e com honra sustentou até o último de seus dias.

Na revolução de 25 de março de 1817, o Coronel André de Albuquerque representou no Rio Grande do Norte o primeiro papel; (...) acompanhou o exército que marchou, efetuou o assalto do quartel militar e soltou o grito da liberdade, que foi entusiasticamente correspondido em toda a província.

Chegou porém o dia 25 de abril, dia em que o Coronel André de Albuquerque pagou cruelmente, com a vida, seu prematuro patriotismo! Predispostas as coisas, pela sedução da força pública, foi o patriota André de Albuquerque arrancado do governo provisório, impunemente apunhalado e conduzido para a fortaleza dos Três Reis, a ser sepultado nos seus imundos cárceres.

Assim acabou o poderoso atleta da liberdade, banhado no seu próprio sangue! ... contava 40 anos de idade (NOBRE, 1971, p.164-165)

André de Albuquerque Maranhão é o biografado de Manoel Ferreira Nobre que obteve maior destaque na *Breve Notícia*. Ele aparece logo no início do livro, mais precisamente, no capítulo II, *Cidade do Natal*. Seu nome é citado mesmo quando o tópico não diz respeito diretamente a ele. André de Albuquerque Maranhão é mencionado no relato de Manoel Ferreira Nobre sobre a *Fortaleza dos Santos Reis Magos*, monumento criado em Natal, em 1598, com fins militares. Para o autor, a celebridade da fortaleza é evidenciada em três episódios: quando os portugueses a retomaram dos holandeses, logo após a restauração, e na ocasião em que o forte serviu de prisão, tanto para o índio Jaguarari como para André de Albuquerque, por consequência da sua liderança local na *Revolução de 1817*. O biografado é citado ainda em outros trechos das seções *Galeria dos mártires* e *Traços biográficos*.



A primeira virtude que Manoel Ferreira Nobre destaca de André de Albuquerque Maranhão diz respeito a sua vida particular: “Era bom amigo, bom cidadão e ótimo filho.” Aqui a imaginação do biógrafo entra em ação. A biografia é um gênero híbrido, tensionado constantemente entre a vontade de reproduzir um vivido real passado e a imaginação do biógrafo (DOSSE, 2009). A biografia se situa numa tensão dialética entre as dimensões factual e ficcional – respeitando a identidade de ambos os polos – satisfazendo as exigências do pacto de veracidade entre o biógrafo e o leitor (DOSSE, 2009). Ao construir sua narrativa biográfica, o biógrafo se utiliza de documentos históricos para dizer a verdade sobre a vida do seu personagem. No entanto, as fontes escritas ou orais conseguem preencher a lacuna e os lapsos temporais do seu objeto de estudo. Para isso, o biógrafo mobiliza sua intuição e imaginação para ligar traços descontínuos da vida em que está narrando.

Como Manoel Ferreira Nobre pôde afirmar categoricamente que André Albuquerque Maranhão era um bom amigo e um ótimo filho, senão pela sua capacidade inventiva e seu interesse em construir uma leitura laudatória sobre o personagem? Manoel Ferreira Nobre vai além de suas possíveis fontes escritas ou orais. O autor imagina seu personagem, instituindo uma dada leitura sobre ele. A imaginação é nitidamente requerida para compensar os limites das informações contidas em seus possíveis documentos e da consciência da impossibilidade de resgatar a totalidade do passado de André de Albuquerque Maranhão. Além disso, o autor não cita as fontes que ele utilizou para fazer as afirmações quanto ao caráter do biografado. Não estou afirmando com isso que as biografias de Manoel Ferreira Nobre foram produto apenas de sua prática inventiva. Como foi dito anteriormente, o autor teve acesso direto aos documentos oficiais dos arquivos da província. Informações como o local de nascimento, a conquista da patente de coronel de milícias, a prisão e a data da morte do biografado, provavelmente, foram obtidas a partir da consulta aos documentos oficiais. No entanto, outras informações foram preenchidas intuitivamente e imaginativamente por meio do emprego de recursos retóricos, mais especificamente, de figuras de linguagem. Antes de tratar desse trecho, gostaria de destacar que o uso de figuras de linguagem era bastante comum nos textos dos historiadores do século XIX (WHITE, 2008).

Os *tropos* eram tomados como tipos básicos de prefiguração linguística, em que os historiadores se serviam como recurso explicativo para argumentar, elaborar enredos e justificar a implicação de suas ideologias. (WHITE, 2008) Assim, o emprego das figuras de linguagem por vários historiadores



oitocentistas, construía uma poética na narrativa historiográfica, constituindo certa performance do texto, implicando em uma dada forma de consciência histórica, ou melhor, de imaginação histórica.

Ao descrever a morte de André de Albuquerque, Manoel Ferreira emprega a hipérbole como recurso retórico na construção de sua narrativa, como fica bem claro nesse trecho: “Assim acabou o poderoso atleta da liberdade, banhado no seu próprio sangue!” Há um exagero intencional na expressão para realçar a ideia de morte sacrificial do biografado. Uma morte e também um sofrimento em prol da “causa da liberdade”. Já analisei anteriormente que o termo “causa da liberdade” é também um recurso retórico empregado pelo autor. Nesse ponto, a narrativa sobre a morte de André de Albuquerque assinala uma figuração a partir da ideia de herói atrelada ao sacrifício e ao martírio por defender a causa revolucionária.

Destaco, ainda, duas adjetivações que também salientam a figuração da linguagem no texto de Manoel Ferreira Nobre: “atleta da liberdade” e “verdadeiro apóstolo”. A palavra *atleta* produz um sentido de um personagem já preparado para consumir uma missão. A narrativa de vida de André de Albuquerque naturaliza uma intenção anterior, é como se sua trajetória, seu preparo (o que remete a ideia de atleta), fosse evidente, antes mesmo de sua participação na *Revolução de 1817*. A vida de André de Albuquerque é narrada como se sua participação na revolução tivesse uma performance de um atleta que marcha e solta o grito da liberdade, entusiasmando “tôda a província”. E aqui abro um pequeno parêntesis. É interessante destacar também o emprego do conceito de *província* pelo autor no contexto da Revolução de 1817. Em tempos coloniais, o termo *província* não designava as unidades que compunham a divisão administrativa da colônia. No período da Revolução de 1817, o Rio Grande do Norte não era uma *província*, mas uma *capitania*. Longe de ser apenas um deslize anacrônico do autor, o emprego da terminologia *província* no contexto da revolução, que ocorrera no período colonial, tem uma conotação estratégica, pois indica que *a província* do Rio Grande do Norte, enquanto uma unidade territorial existia desde sempre, considerando-a como uma identidade espacial que atravessou o tempo. Dito isso, volto ao ponto.

A forma de descrição do biografado assinala mais uma vez como a liberdade criativa do autor é evidente em seu texto, pois o leitor não precisa saber se André de Albuquerque soltou ou não o grito da liberdade. A biografia está diretamente ligada ao imaginário instituído pelo autor. Se a ideia de atleta diz respeito a um



percurso do biografado orientado para a conclusão de uma finalidade histórica, morrer em prol à “causa da liberdade”, o conceito de apóstolo tem a ver com o seu cumprimento. A “causa da liberdade” funciona como espécie de missão sagrada.

Próximo a hagiografia antiga, Manoel Ferreira Nobre estabelece uma vocação ao seu biografado: ele é o portador da missão de difundir o movimento para toda a capitania. Não é por acaso que o autor cita André de Albuquerque em vários trechos da *Galeria dos Mártires da Revolução de 1817* e de outros biografados. Alguns personagens, citados na *Galeria dos Mártires* e também na seção *Traços biografados*, são anunciados como sendo amigos íntimos de André de Albuquerque. A narrativa da *Revolução de 1817* sempre sugere a presença de André de Albuquerque, como na ocasião do relato da participação do sacerdote, Gonçalo Borges de Andrade, mártir da Serra do Martins, que “sinceramente abraçou a bandeira da liberdade de 6 de março de 1817, quando proclamada na cidade do Natal pelo Coronel André de Albuquerque Maranhão.” (NOBRE, 1971, p.84) Na seção *Traços biográficos* de Antônio de Albuquerque Maranhão, a narrativa se repete: “Aderiu com alvoroço à causa da liberdade em 1817, proclamada na cidade do Natal pelo Coronel André de Albuquerque Maranhão, e com o seu exemplo conquistou muitos prosélitos.” (NOBRE, 1971, p.169-170) O conceito de proselitismo empregado pelo autor nessa passagem, reforça o sentido religioso não só atribuído aos participantes da *Revolução de 1817* e ao próprio acontecimento, mas também ao próprio André de Albuquerque, considerado como o “apóstolo da verdade” da missão sagrada.

Nas narrativas de Manoel Ferreira Nobre sobre a *Revolução de 1817*, André de Albuquerque é construído como um personagem que parece indicar uma certa onipresença. A “causa da liberdade” é regularmente associada à sua liderança na proclamação do movimento em Natal. Manoel Ferreira Nobre elege André de Albuquerque como o personagem central da trama da *Revolução de 1817* no Rio Grande do Norte. O autor estabelece uma dupla eleição: o personagem e o acontecimento. André de Albuquerque é o personagem principal do acontecimento mais importante do Rio Grande do Norte. Por isso ambos, personagem e acontecimento, são os que receberam mais atenção do autor, possuindo uma regularidade em sua narrativa.

Em síntese, na seção *Traços biográficos*, Manoel Ferreira Nobre elege o panteão dos *distintos rio-grandenses do Norte*. O autor foi o primeiro intelectual norte-rio-grandense a construir uma galeria de heróis da província. Seus biografados participaram de vários acontecimentos da história da nação, mas



não foram considerados heróis nacionais. As narrativas de vida urdidas por Manoel Ferreira Nobre deram uma conotação muito mais provinciana que nacional. Suas vidas se destacam mais pelas ações realizadas em sua *pátria*, local de nascimento, do que pela nação. Decerto, as narrativas de vida de alguns dos *distintos* escolhidos por Manoel Ferreira Nobre foram retomadas, posteriormente, por outros intelectuais norte-rio-grandenses. Esses foram além das breves notícias biográficas de Manoel Ferreira Nobre, incluindo novos textos e adicionando novos personagens.



Conclusão

A última parte do livro *Breve Notícia* foi intitulada *Explicações*. Não chega a ser uma conclusão da obra. Na verdade, Manoel Ferreira Nobre traz números gerais da população da província, mormente, de grupos socialmente marginalizados: cegos, surdos-mudos, aleijado, dementes, alienados, tanto livres, como escravos. Essa lista de cidadão ficou à parte. Em nenhum dos capítulos sobre as vilas e as cidades, o autor fez menção a esses grupos de cidadãos. Esses parecem estar à margem da história das urbes. A história da província é a história de grupos economicamente e socialmente distintos. Manoel Ferreira Nobre legitima a própria distinção de classes estabelecida pela sociedade nortero-grandense. Além disso, o autor traz ainda outras informações gerais: o total de casas habitadas e desabitadas, a quilometragem da superfície da província, o número de bibliotecas populares e de prédios de escolas públicas da província. Esses foram os aspectos gerais das *Explicações*.

Manoel Ferreira Nobre trata dos primeiros personagens ligados ao poder executivo do Rio Grande do Norte: o primeiro capitão do Rio Grande, Jerônimo de Albuquerque e o primeiro presidente de província Tomás de Araújo Pereira. Em seguida, menciona os nomes que serviram o poder legislativo da província entre 1834 e 1838 e, por fim, os personagens atrelados ao judiciário: os juízes de direito da província que primeiro serviram depois da independência. Não há qualquer continuidade ou ligação com o que o autor tratou, posteriormente, o que ele chamou de "*Épocas Nacionais*", um resumo contendo o ano de cada acontecimento político da história do Brasil e do Rio Grande do Norte. Dessa maneira, Manoel Ferreira Nobre oferece ao seu leitor o que ele não pôde fazer no decorrer do livro: uma narrativa sucinta, linear e cronológica de eventos que articulam o Brasil e o Rio Grande do Norte no tempo.

A lista começa com o ano de 1500, data do *descobrimento do Brasil* e termina em 1850, com a morte do filho de D. Pedro II, o príncipe Pedro Afonso. É interessante destacar como a listagem termina, não necessariamente com um acontecimento político, mas relatando a morte do filho do Imperador. Aliás, não é só no ano de 1850 que outros personagens da família imperial aparecem na "*Épocas Nacionais*". Manoel Ferreira Nobre também cita o nascimento de Pedro Afonso, o falecimento do outro filho de D. Pedro II, D. Afonso e o batismo da princesa Isabel e D. Leopoldina. A presença significativa de datas que referenciam eventos da vida privada da família real, demonstra, ao mesmo tempo, a simpatia



política de Manoel Ferreira Nobre pela monarquia, além de uma leitura de história centrada na figura do Império. Como já foi explicitado anteriormente, talvez essa razão explique o motivo pelo qual Manoel Ferreira Nobre não menciona o termo *República* ao se referir a *Revolução de 1817*.

Por fim, o autor destina os últimos parágrafos do seu livro para adicionar algumas informações sobre a capital do Rio Grande do Norte. Com o título, “Em tempo”, Manoel Ferreira Nobre descreve sobre a razão da denominação da cidade do Natal, além de mencionar a arquitetura do palacete da Assembleia Provincial e do Quartel militar e da abundância de pau-brasil na província.

A forma que Manoel Ferreira Nobre termina o livro reforça mais ainda o seu objetivo inicial: noticiar, trazer gerais informações sobre a província e não historicizá-la. A estrutura da *Breve Notícia* confirma isso. Os capítulos da obra não se referem a unidades de sentido organizados temporalmente. A *Breve notícia* do Rio Grande do Norte é, na verdade, a soma das informações de ordem econômica, social e política das vilas e das cidades que compunham a província à época do autor. O Rio Grande do Norte não é tratado como um uma totalidade temporal. A província é a soma das partes que faz o todo, uma referência menos temporal do que espacial. O tempo presente é mais requerido do que o próprio passado. Em geral, são informações do presente que compõem as narrativas das vilas e das cidades.

A construção de uma identidade histórica para o Rio Grande do Norte e para o norte-rio-grandense não foi o objetivo principal de Manoel Ferreira Nobre. Foi uma discussão tangencial, apesar de ter sido o primeiro a definir a *Revolução de 1817* como o evento principal da província e a eleger os seus heróis. Em que pese a sua tarefa de trazer a lume *Breves notícias* de sua *pátria*, o intuito do autor não era construir um lugar para o Rio Grande do Norte na memória da nação. Dessa tarefa se ocupou, não seus contemporâneos, mas a geração posterior de letrados norte-rio-grandenses.



Referências

Jornais

CASCUDO, Luís da Câmara. Doutor Antunes. In: *A República*. Natal, 6 de dezembro de 1928.

O Rio Grandense do Norte. Natal, 16 de julho de 1861

Brado conservador. Assú. 1 de junho de 1877.

Livros/artigos

ALMEIDA, Cândido Mendes de. *Memorias para a historia do extincto estado do Maranhão cujo território comprehende hoje as provincias do Maranhão, Piauhy, Grão-Pará e Amazonas*. Tomo II. Rio de Janeiro: Nova typographia de J. Paulo Hildebrandt. 1874.

ARRAIS, Raimundo Pereira Alencar. O nascimento do cronista e o nascimento da cidade de Natal. In: CASCUDO, Luís da Câmara; ARRAIS, Raimundo Pereira Alencar (org.). *Crônicas de origem: a cidade de Natal nas crônicas cascudianas dos anos 20*. 2ª. ed. Natal: EDUFRN, 2011a.

_____. Do alto da torre da matriz, acompanhando a procissão dos mortos: Luís da Câmara Cascudo, o historiador da cidade do Natal. *Revista Espacialidades [online]*. Natal, v. 4, n. 3, 2011b.

BARRA, Sérgio Hamilton da Silva. *A historiografia da Revolução Pernambucana de 1817: uma perspectiva comparada*. In: 3º Seminário Nacional de História da Historiografia, 2009, Ouro Preto. Anais do 3º Seminário Nacional de História da Historiografia - Aprender com a História?, 2009.

BARBOSA, Januario da Cunha. Discurso. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, Tomo I, 1838.

BERBEL, Márcia. Pátria e patriotas em Pernambuco (1817-1822): nação, identidade e vocabulário político. In: JANCÓS, István (org.) *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003.



BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CARVALHO, Vitória Mônica de Andrade. *O ensaio de uma identidade: o Rio Grande do Norte nas publicações e periódicos do século XIX (1877-1898)*. Monografia de graduação apresentada ao Departamento de História da UFRN/CCHLA, 2008.

CASCUDO, Luís da Câmara. Notícia sobre Manoel Ferreira Nobre. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*. Natal. Volume 55, 1963.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. Ates de fazer*. 14.ed. Petrópolis: Vozes, 2008

CEZAR, Temístocles. Lição sobre a escrita da história. Historiografia e nação no Brasil do século XIX. *Diálogos*, Maringá - Paraná, v. 8, 2004

CEZAR, Temístocles. *L'écriture de l'histoire au Brésil au XIX siècle*. Essai sur une rhétorique de la nationalité. Le cas Varnhagen. École des Hautes Études en Sciences Sociales. Paris, 2002.

CEZAR, Temístocles. Livros de Plutarco: biografia e escrita da história no Brasil do século XIX. In: *Métis: história & cultura* – v.2, n.3. 2003.

COSTA, Bruno Balbino Aires da; BARRETO, Sonni Lemos. A história em cena: os espaços nas tramas dos historiadores. In: MATA, Sérgio Ricardo da; MOLLO, Helena Miranda; VARELLA, Flávia Florentino Varella. (orgs.). *Anais do 3º. Seminário Nacional de História da Historiografia: aprender com a história?* Ouro Preto: Edufop, 2009.

DOSSE, François. *O desafio biográfico: escrever uma vida*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

ENDERS, Armelle. "O Plutarco Brasileiro". "A produção dos vultos nacionais no segundo reinado". *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 25, 2000.

_____. *Os vultos da nação: fábrica de heróis e formação dos brasileiros*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.



FARGE, Arllete. *O sabor de arquivo*. São Paulo: Edusp, 2009.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. 9ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

GOMES NETO, João Maurício. *Entre a ausência declarada e a presença reclamada: a identidade potiguar em questão*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História e Espaços, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. 2010.

GRAFTON, Anthony. *As origens trágicas da erudição*. Campinas: Papyrus, 1998.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. *Da Escola Palatina ao Silogeu*: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938). Rio de Janeiro: Museu da República, 2006.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e Civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.1, 1988.

HARTOG, François. *Evidência da história: o que os historiadores veem*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

_____. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

_____. *O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*. 2.ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

HOBBSAWM, Eric J. *A era do capital, 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

_____. *A Era das revoluções: Europa 1789-1848*. 16ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo G. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: MOTA, Carlos Guilherme (organizador). *Viagem incompleta. A experiência brasileira*. Formação: histórias. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 1999.



KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2006.

_____. *Estratos do tempo: estudos sobre história*. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2014.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.
LORIGA, Sabina. *O pequeno X: da biografia à história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

LYRA, Augusto Tavares de. *História do Rio Grande do Norte*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Typografia Leuzinger, 1921.

MACHADO, Maximiano Lopes. Proêmio. In: TAVARES, Francisco Muniz. *História da Revolução de Pernambuco de 1817*. 3ª edição. Recife: Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, 1917.

MARIZ, Marlene da Silva. Balanço da historiografia norte-rio-grandense. In: ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH-RN. 1., 2004. Natal. *Anais do I Encontro Regional da ANPUH-RN*. Natal: EDUFRN. 2006.

MATTOS, Raymundo José da Cunha. Dissertação acerca do systema de escrever a história antiga e moderna do Imperio do Brasil. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, tomo 26, 1863.

MELLO, Evaldo Cabral de. *A fronda dos mazombos: nobres contra mascates*, Pernambuco, 1666-1715. São Paulo: Ed.34, 2003.

MELO, Manoel Rodrigues de. Prefácio. In: NOBRE, Manoel Ferreira. *Breve notícia sobre a província do Rio Grande do Norte*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Pongetti. 1971.

MEYER, Michel. *A Retórica*. São Paulo: Ática, 2007.

NICOLAZZI, Fernando. *Um estilo de história: a viagem, a memória, o ensaio: sobre Casa-grande & senzala e a representação do passado*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

NOBRE, Manoel Ferreira. *Breve notícia sobre a província do Rio Grande do Norte*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Pongetti. 1971.



NONATO, Raimundo. [Orelha do livro]. In: NOBRE, Manoel Ferreira. *Breve notícia sobre a província do Rio Grande do Norte*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Pongetti. 1971.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu (1853-1927)*. Dissertação (Mestrado em História). – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2006

OLIVEIRA, Maria da Glória. *Escrever vidas, narrar a história: a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

PETROVICH, Enélio Lima. Apresentação. In: NOBRE, Manoel Ferreira. *Breve notícia sobre a província do Rio Grande do Norte*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Pongetti. 1971.

RANKE, Leopold von. O conceito de História Universal (1831). In: MARTINS, Estevão de Rezende. *A História pensada: teoria e método na historiografia europeia do Século XIX*. São Paulo: Contexto, 2010.

RICŒUR, Paul. L'écriture de l'histoire et la représentation du passé. *Annales HSS*, Paris, juillet-août, nº 4, p.731-748, 2000.

_____. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007

RODRIGUES, José Honório. *Teoria da história do Brasil: introdução metodológica*. 5.ed. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL, 1987

SALES NETO, Francisco Firmino. *Luís Natal ou Câmara Cascudo: o autor da cidade e o espaço como autoria*. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História e Espaços, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

SEVCENKO, Nicolau. Introdução: o prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. (História da vida privada no Brasil; 3)

SILVA, João Manuel Pereira da. *Historia da fundação do Imperio Brasileiro*. Tomo IV. Paris: B. L. Garnier, 1865.

SOARES, Antônio. Ferreira Nobre. In: NOBRE, Manoel Ferreira. *Breve notícia sobre a província do Rio Grande do Norte*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Pongetti. 1971.



TAVARES, Francisco Muniz. *História da Revolução de Pernambuco de 1817*. 2ª edição. Recife: Typ. Industrial: 1884.

_____. *História da Revolução de Pernambuco de 1817*. 3ª edição. Recife: Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, 1917.

VARNHAGEN, Francisco Adolpho. O Caramuru perante a história. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, tomo 10, 1848.

_____. *História Geral do Brazil*. Tomo primeiro. Rio de Janeiro: E. e H. Laemmert, 1854.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *História Geral do Brazil*. Tomo segundo. Rio de Janeiro: E. e H. Laemmert, 1857.

WEHLING, Arno. *Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

WHITE, Hayden. *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.